

Ao STF, indígenas pedem a retomada do julgamento do marco temporal e alertam para genocídio dos povos

Página 3

Conferência une povos indígenas por uma Política Nacional de Saúde que atenda suas especificidades e culturas

Páginas 4, 5, 6 e 7

Para lideranças indígenas, Lula deve priorizar demarcação, fortalecer Funai e expulsar invasores

Páginas 10 e 11

Em Carta Aberta, lideranças indígenas do Vale do Javari denunciam ameaças e pedem socorro

Páginas 12, 13, 14 e 15

PORANTIM

Em defesa da causa indígena

Ano XLIV • Nº 451 • Brasília-DF • Dezembro 2022

Governo de Transição, governabilidade e a efetivação dos direitos indígenas

A urgente e necessária recuperação da política indigenista alicerçada nos dispositivos da Constituição Federal de 1988. Pela valorização das diferenças étnica e culturais e pela garantia a demarcação das terras indígenas como um direito fundamental, originário, inalienável e imprescritível

Página 2



Governo de Transição, governabilidade e a efetivação dos direitos indígenas

Diante do cenário que se avizinha, com a assunção de um novo governo - com fortes indicativos de que os povos originários serão ouvidos -, nos manifestamos sobre a transição em curso e sobre os desafios de governar um país em escombros, seja na sua estrutura de funcionamento, seja em relação aos detritos reacionários deixados.

De plano, é inadmissível que a fome, a miséria e a violência social sejam vistas como elementos da normalidade. Também não se poderia admitir que o Estado não tenha elaborado uma política de planejamento para combater as mazelas que atingem a sociedade e, de forma mais dura, os povos indígenas.

Garimpeiros, madeireiros, invasores de toda estirpe, que, além de cometerem diversos tipos de crimes ambientais, violam os direitos humanos mais básicos das populações indígenas. Diante desse cenário, o Estado tornou-se um dos principais atores para a manutenção dessas práticas criminosas.

Os dois últimos governos, de Michel Temer e de Jair Bolsonaro, estruturaram uma antipolítica no Executivo, a partir da qual suspenderam todas as demarcações de terras, romperam com as ações de proteção e fiscalização dos territórios demarcados e destruíram a política de proteção dos povos em isolamento voluntário. Para garantir o êxito total da política de esbulho e exploração, transformaram a Fundação Nacional do Índio (Funai) numa agência de negócios espúrios.

Neste mesmo período, as violências contra as comunidades, suas lideranças e territórios mais que dobraram, como se pode constatar no Relatório de Violência contra os Povos Indígenas no Brasil, anualmente lançado pelo Cimi.

No mínimo, o próximo governo deve contribuir na apuração dos crimes cometidos nas duas últimas gestões, que enraizados num fomento institucional golpista, senão tomados por fanatismo extremista de direita, deixou rastros de ódio e uma obsoleta divisão nacional que afeta direta e particularmente os povos indígenas.

Precisará, por meio do diálogo e da ampla participação dos povos indígenas, restabelecer uma política indigenista alicerçada nos dispositivos da Constituição Federal de 1988, que determinam a valorização das diferenças étnica, bem como asseguram a demarcação das terras indígenas como um direito fundamental, originário e inalienável, contribuindo com o sepultamento da inconstitucional, senão pernicioso tese do marco temporal.

Ainda, o Estado deverá estar atento e fazer cumprir suas obrigações quanto aos Acordos, Tratados, Pactos e Convenções e liderar, no âmbito da comunidade

internacional, o efetivo cumprimento e o avanço desses instrumentos de proteção e promoção de direitos.

O futuro governo tem desafios enormes, mas precisará, desde logo, independentemente da estrutura orgânica que a política indigenista finalmente tenha dentro do Executivo, apontar o caminho que deseja seguir em relação aos povos indígenas, evitando utilizar os direitos indígenas como moeda de troca. Caso contrário, deixará aberto um flanco de amplificação de uma violência sem controle.

Nesse sentido, diante do que está previsto na Carta Política de 1988, as mais urgentes demandas indígenas para o novo governo, são:

1. Retomar os procedimentos de demarcação, por meio: da criação de um amplo grupo de trabalho para encaminhamentos urgentes e uma consultoria para análise de todos os casos; do fortalecimento da Funai, para fazer cumprir sua missão institucional, sendo, nesse sentido, necessária a revogação da Portaria nº 570, de 23 de setembro de 2022, que modifica o Estatuto da fundação; e da priorização da demarcação de terras indígenas em contexto de maior vulnerabilidade social, além de resolver as demandas fundiárias das comunidades assentadas nas áreas cedidas pelos Estados, bem como garantir atenção prioritária às comunidades que estão em situação de retomadas ou em condições de acampamentos.

2. Revogar o Parecer 001/2017 e 763/2021, ambos da AGU, com manifestação explícita quanto a rejeição da tese ruralista do marco temporal (em especial no âmbito do RE 1.017.365) e contra os projetos de lei que restringem direitos, a exemplo dos PLs 191 e 490 e da PEC 215/2000;

3. Revogar obstáculos administrativos, a exemplo da Instrução Normativa 09/2020 e da Resolução 04/2022, ambas da Funai, e da Resolução Conjunta 01/2021, da Funai/Ibama, que afetam, de forma negativa e

direta, os direitos territoriais dos povos indígenas;

4. Enfrentar e combater as invasões de terras para retomar e efetivar uma política de proteção territorial consistente, bem como para punir os ilícitos até então cometidos;

5. Retomar a política de proteção com povos em isolamento voluntário. Para tanto, é preciso: reconhecer os registros existentes; agilizar os estudos para localização de povos isolados; assegurar recursos suficientes de proteção desses territórios; e adotar medidas como a restrição de uso desses territórios, criação de Bases de Proteção Etnoambiental (Bapes) e outros.

6. Romper com as práticas de arrendamentos, promovendo práticas de produção vinculadas à recuperação ambiental, pesca, coleta e demais atividades econômicas tradicionais dos povos;

7. Retomar as ações de participação social dos povos indígenas, com efetivo poder deliberativo, particularmente o Conselho Nacional de Política Indigenista. Empreender os esforços necessários na efetivação do direito à consulta prévia, livre e informada e de boa fé, como garante a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT);

8. Investir em políticas públicas de saúde, educação, habitação e sustentabilidade das comunidades. Quanto à Política de Atendimento à Saúde Indígena, garantir o fortalecimento do Subsistema com a retomada dos programas de atendimento nos Distritos, ampliação do investimento em saneamento e desmilitarização do setor;

9. Garantir políticas públicas e proteção aos indígenas em contextos urbanos, bem como a identificação e legitimação de seus territórios; e

10. Fortalecer ou retomar os programas de proteção aos defensores e defensoras de direitos humanos, bem como enfrentar e combater a violência, especialmente contra as mulheres indígenas e contra a liberdade religiosa.

Porantimadas

Valorização da atuação missionária

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) foi o vencedor do Prêmio Alceu Amoroso Lima Direitos Humanos 2022. A premiação homenageia anualmente grupos, instituições ou organizações que lutam pela justiça, pela paz e pelos direitos humanos. Nessa edição, o prêmio post mortem foi outorgado ao indigenista Bruno Pereira - considerado uns dos maiores especialistas em indígenas isolados ou de recente contato do país - e ao jornalista Dom Phillips, assassinados no Vale do Javari, em junho deste ano. Organizado pela Universidade Candido Mendes (UCAM) e pelo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade, com apoio da Associação de Amigos do Dr. Alceu/AADA, o objetivo dos prêmios é prestar homenagens àqueles que se destacaram na luta humanista.

"Semeador da Esperança"

Exposição fotográfica celebra centenário de Dom Tomás Balduino. Voz combativa e incansável na luta pelos direitos humanos, Dom Tomás Balduino completaria 100 anos de nascimento no último dia deste ano. Para marcar a data e dar mais visibilidade à vida e à obra do religioso, Goiânia recebe a exposição "Semeador de Esperança", no Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG). Nascido Paulo Balduino de Sousa Décio, ele participou, na década de 1970, da formação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Anos mais tarde, presidiu as duas entidades. Atuou nas causas indigenista, camponesa e quilombola, em defesa da reforma agrária e da demarcação de terras indígenas. A exposição, que tem entrada gratuita, apresentará fotografias, objetos cotidianos, de uso litúrgico e pessoal; manuscritos e peças indígenas que ajudam a contar a história de vida de Dom Tomás Balduino, que morreu em 2014. (Informações do Brasil de Fato).

Homenagem a incansável defensora dos direitos humanos

A advogada, religiosa e defensora dos direitos humanos Michael Nolan foi a personalidade homenageada este ano com o Prêmio Franz de Castro, da OAB/SP. A homenageada dedicou-se incansavelmente à defesa dos oprimidos e das minorias: quilombolas, indígenas, trabalhadores rurais, mulheres imigrantes em conflito com a lei e população em situação de rua. Sobre o prêmio, ela diz ser o reconhecimento de todo esse trabalho na promoção e defesa dos direitos humanos. "Me formei em 1984, e desde então tenho usado a advocacia em prol dos mais vulneráveis, que lutam na defesa de suas terras, de suas comunidades, famílias e de suas próprias vidas. Então o prêmio é o reconhecimento dessa atuação." A Comissão de Direitos Humanos da OAB/SP instituiu o prêmio em dezembro de 1982. José de Castro Holzwarth (1942 - 1981), que dá nome ao prêmio, foi um advogado brasileiro e ativista dos direitos humanos. Morreu aos 38 anos, durante rebelião na cadeia pública de Jacaréi (SP) quando, chamado para mediar o motim, ofereceu-se para ficar como refém no lugar de um policial militar.



- Estacas ???



- Em 2023 vamos demarcar muito e recuperar a FUNAI...

Ao STF, indígenas pedem a retomada do julgamento do marco temporal e alertam para genocídio dos povos

Lideranças indígenas de mais de 20 povos que estiveram em Brasília protocolaram documentos no gabinete dos ministros e realizaram audiência com a ministra Cármen Lúcia

Por **Adi Spezia**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

Na semana em que marca o “Dia do Judiciário” – 8 de dezembro –, lideranças indígenas de mais de 20 povos, presentes em Brasília, pedem ao Supremo Tribunal Federal (STF) que retome o julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 1.017.365, que trata das demarcações de terras indígenas e teve repercussão geral reconhecida pela Corte. O caso discute uma reintegração de posse movida contra o povo Xokleng, em Santa Catarina, porém a decisão desse julgamento terá consequências para todos os povos indígenas do Brasil.

Adiado pela terceira vez em junho deste ano, o julgamento envolve duas teses principais que se encontram em disputa: de um lado, a “tese do marco temporal” pretende restringir as demarcações de terras indígenas apenas àquelas áreas que estivessem sob a posse comprovada dos povos originários em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal de 1988. Do outro lado, a “tese do indigenato”, que reconhece os direitos indígenas como originários, ou seja, anteriores ao próprio Estado.

No dia 7 de dezembro, lideranças indígenas protocolaram junto ao gabinete dos ministros do STF uma carta onde pedem à Corte que retome o julgamento e garanta seus direitos originários. No documento, os indígenas também reafirmam o posicionamento contrário ao marco temporal. Além da entrega da carta, foi realizada uma audiência com a ministra Cármen Lúcia, a quem reforçaram o pedido e relataram o aumento da violência nos territórios.

Na oportunidade, o cacique-geral Tucum Xokleng, da Terra Indígena (TI) Ibirama-Laklãnô, que está no centro da disputa do Recurso Extraordinário, destacou que a tese do marco temporal quer passar uma borracha em todas as violências impostas aos povos indígenas, que resultaram na expulsão de seus territórios e os impedem, até hoje, de estarem sob a posse de suas terras tradicionais.

“Meu povo foi caçado e massacrado pelos chamados bugreiros. Quanto mais violentos, mais famosos eram os chamados bugreiros”, conta o cacique Xokleng. Que ainda destaca “o marco temporal reforça uma violência histórica, que até hoje deixa marcas. Mas, mesmo assim, o povo Xokleng segue resistindo e aguarda o resultado do julgamento que definirá o futuro de todas as terras indígenas no país”, argumenta Tucum Xokleng.

As demais lideranças indígenas, presentes na audiência, seguiram na mesma toada do cacique Xokleng.

“Estamos desesperados cobrando dos órgãos competentes a demarcação dos nossos territórios tradicionais, não estamos pedindo esmolas, estamos pedindo o que é nosso por direito como cidadãos brasileiros que somos”, aponta Lucila Nawa, liderança e professora indígena no Acre. Nossas vidas e territórios estão nas mãos de vocês, nossos anciões já se foram e a terra não foi demarcada. Como ficamos? Como ficam nossos filhos?”, indaga Lucila.

Sem seus territórios tradicionais demarcados, os indígenas contam que não estão tendo acesso à água tratada, saúde e educação. Além disso, Chiquinho Arara, cacique-geral do povo Apolima-Arara, aponta o temor de um genocídio dos povos originários: “se o marco temporal for aprovado, seremos exterminados. É um processo que está na Justiça, que se o Xokleng perder, todos os povos indígenas perderão seus territórios”. Para onde ir com suas famílias, qual será a situação e como ficarão, são questões que afligem os Arara. “Hoje estamos com nossos territórios sendo invadidos e destruídos por madeireiros, grileiros, garimpeiros, nossas lideranças sendo assassinadas”, denuncia o cacique Chiquinho.

O julgamento do RE 1.017.365, pelo STF, é de fundamental importância para salvaguardar os direitos territoriais dos povos indígenas no Brasil. “Hoje os kupen [os não indígenas] estão invadindo nossos territórios, os demarcados e ainda mais os não demarcados. Não queremos esse marco



Delegações de 21 povos indígenas do Acre, Goiás, Tocantins e Santa Catarina e representantes do Cimi são recebidos pela ministra do STF Cármen Lúcia

temporal, nossos anciões falam que esse marco temporal não é a solução. Vamos perder nossa terra, os remédios, comidas, nossa cultura e nossas vidas”, conta o cacique Alberto Hapyhi Krahô, do Tocantins.

A insegurança causada pela demora no julgamento tem gerado apreensão não apenas para com a vida dos povos, mas de toda humanidade, conta Elza Namnadi Xerente. “Sem o território não tem como criar nossos filhos, não tem o Bem-Viver. Porque a natureza sempre responde, reage. Olha o que foi Brumadinho. Nós ouvimos as ‘zueiras’ do rio, da floresta. E não é só a vida do ser humano, é de todo mundo, de toda humanidade que está em perigo”, alerta a cacique Xerente.

A delegação que está em Brasília é composta por mais de 80 lideranças, dos povos: Jaminawa, Apurinã, Kanamari, Nawa, Nukini, Manchineri, Kuntanawa, Sharanawa, Shanenawa, Apolima-Arara, Huni Kuin, Jamamadi, Apinajé, Karaja, Krahô, Xerente, Krahô Kanela, Kanela do Tocantins, Takaywrá, Tapuia e Xokleng. No entanto, uma representação desses 21 povos, – de quatro estados: Acre, Santa Catarina, Goiás e Tocantins – que compõe a delegação, foi elencada para a audiência com a ministra Cármen Lúcia, e o protocolo dos documentos junto aos gabinetes dos ministros da Suprema Corte.



Ministra Cármen Lúcia, do STF, recebe lideranças indígenas em seu gabinete na tarde da quarta-feira, 7 de dezembro de 2022

Os indígenas estiveram na capital federal durante a semana, 5 a 10 de dezembro, para uma série de incidências juntos aos órgãos públicos. Na pauta, a demarcação dos territórios, a retomada do julgamento que irá definir o futuro de todas as terras indígenas no Brasil e a garantia de seus direitos tradicionais.

Na avaliação do secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Antônio Eduardo Cerqueira de Oliveira, a presença dos indígenas na capital federal marca a resistência dos povos originários. Os indígenas irem até o Supremo e “solicitar a retomada do julgamento do Recurso Extraordinário e reafirmar a posição contrária ao marco temporal, reforça a importância que esse julgamento tem para a vida dos povos e para a garantia de seus direitos originários”, lista Eduardo.

Acesso ao poder judiciário

O Instituto da Tutela do Estado foi superado pela Constituição Federal de 1988, quando passa a ser garantido aos povos originários o direito de acessar as instâncias do poder judiciário de forma justa – ou pelo menos de forma equitativa com a população dominante, além de outros direitos listados nos artigos 231 e 232 da Constituição.

Quase 35 anos após a promulgação da Constituição, o acesso ao poder judiciário ainda é difícil para as comunidades tradicionais, “mesmo havendo o reconhecimento constitucional de sua autonomia e autodeterminação há tanto tempo, a aplicação prática ainda esbarra em disputa de interesses, no qual os fazendeiros possuem maior influência, assim como um racismo sistêmico contra a população indígena, tornando cotidiano até mesmo o uso de lei inconstitucional por ministros da mais alta corte do país”, destaca Nicolás Nascimento, advogado e assessor jurídico do Cimi.

Mesmo diante das injustiças, há avanços fruto da luta e organização dos povos originários, em relação à matéria. Decisões do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) têm sido importantes para a mudança da cultura jurídica da tutela jurisdicional.

Nicolás destaca ser “necessário compreender que o acesso ao Poder Judiciário pelos povos indígenas ainda está longe de seu desfecho e de sua ideal aplicação na prática do dia a dia forense brasileiro”, mas que a trajetória histórica do tema mostra que, “mesmo que a passos bem lentos e sob empurrões do movimento indígena, o Poder Judiciário avança para o reconhecimento dos povos indígenas enquanto sujeitos de direitos autônomos e capazes, assim como a real eficácia dos artigos 231 e 232 da Constituição Federal”, finaliza o advogado. ♦

Fotos: Fábio Pereira/Cimi Prelazia de Tefé



Conferência Nacional de Saúde



Conferência une povos indígenas por uma política Nacional de Saúde que atenda suas especificidades e culturas

Durante o evento, a pluralidade de rostos e jeitos, de cantos e danças, de falas e alegria de um povo que tem na sua essência a teimosia de ser resistência para existir

Por **Fábio Pereira**, Indigenista do Cimi na Prelazia de Tefé*

A pluralidade de povos representada nas cantorias, nos grafismos e na diversidade de línguas, culturas, cores, jeitos e artesanatos, coloriu e marcou a 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, realizada entre os dias 14 a 18 de novembro, no Centro de Convenções do Brasil (CICB), em Brasília (DF). O evento reuniu quase dois mil participantes entre delegados e delegadas indígenas de todos os territórios indígenas do Brasil, além de trabalhadores e gestores do Distrito Sanitário Especial Indígena do Médio Rio Solimões e afluentes. Uma verdadeira mistura de etnias que demarcou e aldeou os debates sobre políticas que atendam as especificidades e cultura dos povos indígenas

A conferência teve como tema “Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena dos Povos Indígenas: Atenção Diferenciada, Vida e Saúde nas Comunidades Indígenas”. Foram cinco dias de muitos debates, plenárias e discussões necessárias para fortalecer a política pública de saúde indígena. Um espaço também de reencontro de cantos e danças, de falas e alegria de um povo que tem

na sua essência a teimosia de ser resistência para existir.

A conferência foi organizada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) e Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), do Ministério da Saúde, e teve o objetivo de atualizar a Política Nacional de Saúde Indígena (PNASPI), definir diretrizes e investimentos e efetivar particularidades étnicas e culturais no modelo de atenção à saúde dos povos indígenas.

A etapa nacional da Conferência finaliza o processo que foi iniciado nas bases em 2018, quando, no período de outubro a novembro daquele ano, foram realizadas 302 etapas nas aldeias e 34 etapas chamadas distritais. Todas as fases abordaram e discutiram sete eixos temáticos: Articulação dos Sistemas Tradicionais Indígenas de Saúde; Criação do Modelo de Atenção e Organização dos Serviços de Saúde; Recursos Humanos e Gestão de Pessoal em Contexto Intercultural; Infraestrutura e Saneamento; Financiamento; Determinantes da Saúde; e Controle Social e Gestão Participativa. As etapas resultaram em mais de duas mil propostas, consolidadas em quase 300 proposições.

As decisões tomadas durante a Conferência foram realizadas democraticamente por meio de votação dos

delegados das aldeias, enquanto que as instâncias deliberativas e não deliberativas passaram por uma estrutura metodológica: reuniões das macrorregiões; plenárias; mesas redondas sobre eixos temáticos; grupo de trabalho para leitura e votação do relatório consolidado; e plenária final para aprovação do relatório de conclusão e da minuta da política nacional de atenção a saúde dos povos indígenas.

Propostas vieram da base

A mobilidade e a logística foram alguns dos desafios enfrentados pela delegação do Distrito Sanitário Especial Indígena do Médio Rio Solimões e Afluentes (DSEI-MRSA). Para serem protagonistas neste processo que pauta a política de saúde indígena, eles enfrentaram um percurso de aproximadamente 36 horas de viagem fluvial até a cidade de Tefé, seguindo até Manaus (duas noites e um dia) e mais três horas de voo até Brasília, como destaca o Sr. Kaimon Lino Kanamari, Conselheiro Distrital de Saúde Indígena do Município de Eirunepé, localizado na região Médio Juruá – “vim de longe para participar da Conferência de Saúde Indígena, para representar meu povo, para valorizar a saúde indígena do Brasil, para melhorar a saúde de todos”.

Fotos: Fábio Pereira/Cimi Prelazia de Tefé



Fotos: Fábio Pereira/Cimi Prelazia de Tefé



Otinelson Camarão Ribeiro, da etnia Mayoruna, Presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena do Médio Rio Solimões e Afluentes (CONDISI-MRSA), disse que “essa luta não foi fácil, desde as conferências locais que as populações indígenas participaram, chegando a distrital, onde foi escolhido os delegados (usuários, prestadores de serviços, gestores e trabalhadores). Estamos aqui para discutir a melhoria para à saúde dos povos indígenas, dos prestadores de serviço e trabalhadores da saúde indígena. Esperamos que daí possa sair bons frutos, boas expectativas, que isso seja melhor para o Brasil e principalmente para o médio Solimões e afluentes”.

Sr. Wladimir Tavares de Lyra, Coordenador do DSEI-MRSA, falou da importância da conferência para os povos indígenas e os desafios de participar do processo de discussão da política de saúde. “A conferência é um marco histórico para o DSEI-MRSA, onde a delegação estará dando a sua contribuição para a elaboração e aprovação da Política Nacional de Saúde Indígena. O DSEI-MRSA está localizado numa região de difícil acesso, formada por 14 Municípios, numa área de 361 mil km, nas calhas dos rios Japurá, Solimões e Juruá, esse último com o município de Ipixuna onde há um polo base de saúde que fica na fronteira com o Estado do Acre. Uma população indígena estimada em 25 mil, distribuídas 206 aldeias, 18 povos originário. Apesar da complexidade da logística, os/as delegadas se fazem presente para participarem”, destacou o coordenador.

“As vozes dos parentes têm força e precisam ser ouvidas. A conferência é o momento do indígena se fazer presente e garantir uma saúde de qualidade para nosso povo”, diz William “Uwira” Xacriabá, Secretário-Geral da 6ª CNSI.

Nos 20 grupos de trabalhos (GTs), onde cada um homenageou os nomes de lideranças indígenas e indigenistas que foram figuras importantes nas lutas para a organização e criação do Subsistema de saúde indígena, os participantes puderam debater as propostas consolidadas dos eixos temáticos, frutos das etapas locais e distritais realizadas nas aldeias e DSEIs.

“O GT é o espaço para discutir as propostas que vieram da base. Estamos aqui também para dizer e mostrar que somos capazes de discutir a saúde indígena que tantos desejamos”, disse o Sr. Raimundo da Silva Felizardo, indígena da etnia Arara, da aldeia Taboca dois, do Município de Coari, delegado do segmento usuário.

A força das originárias da terra

As mulheres indígenas realizaram, na manhã do último dia, um ato político e de resistência. Elas demarcaram a plenária com cantos, danças, rezas, discursos de reivindicação e manifestações acerca do protagonismo e da luta da mulher indígena por políticas públicas para a proteção e cuidado das meninas e mulheres indígenas. Esse foi o tom dado às falas de todas as mulheres indígenas das delegações presentes.

Maria Raimunda, da etnia Kambeba, aldeia Kanata Ayetu, do Município de Tefé, Conselheira Distrital de Saúde Indígena pelo segmento usuária, frisou sobre a presença feminina na conferência e a importância de a mulher indígena participar do processo de discussão. “A importância de estarmos aqui discutindo, como mulher indígena, as políticas públicas para os povos indígenas do Médio Rio Solimões é motivo de honra. O garimpo tem avançado em nossas aldeias, matado nossos animais, nossa floresta, vem adoecendo os nossos povos e como mulher indígena a gente busca melhoria para a saúde e para todos os povos indígenas do Brasil”.

O ponto forte e um dos mais esperando pelos delegados foi a aprovação do relatório final e da minuta do PNASPI (plano nacional de atenção a saúde dos povos indígenas). Mais de 60 moções de apoio e apelo foram apresentadas uma por uma e aprovada pela plenária, como, por exemplo, a criação de novos DSEIs, Polos Bases de Saúde; reconhecimento de categorias de profissionais de saúde; dentre outros que tem o objetivo de potencializar e dar melhor qualidade no serviço atenção a saúde dos povos indígenas.

Marta Zacarias de Oliveira, “Neca”, Madija Kulina, delegada indígena representando o Município de Eirunepé, destacou a

importância das atividades do último dia. “Foram aprovadas várias moções para garantir o recurso da saúde indígena e que esse não seja reduzido para não prejudicar nosso povo”, disse a delegada que também é vereadora indígena naquela cidade.

Uma das moções foi entregue ao sub-relator do orçamento anual, Senador Confúcio Moura. Ela trata sobre a manutenção do orçamento da saúde indígena para garantir que em 2023 haja recurso suficiente para as ações de saúde aos povos indígenas. Ao Senador Humberto Costa (PT), membro da equipe de transição do novo governo, foram entregues 34 resoluções, dos 34 DSEIs do Brasil, também enfatizando a manutenção do recurso financeiro da saúde indígena.

Homenagens

A conferência foi espaço ainda de homenagem, com a entrega da comenda Maninha Xukuru Kariri. A condecoração reconheceu três personalidades brasileiras cujas contribuições foram marcantes na luta por direitos e melhorias da saúde dos povos indígenas do Brasil. As homenagens foram feitas a Ailson dos Santos (Yssô Truká), no Segmento Usuário; Maria do Carmo Andrade Filha (Carmem Pankararu), no Segmento Trabalhador; e Ubiratan Pedrosa Moreira, no Segmento Gestor.

Conhecida como Maninha Xukuru Kariri, Etelvina Santana da Silva nasceu em 1966 na aldeia Xukuru-Kariri, em Palmeira dos Índios, interior do estado de Alagoas (AL). Ela é reconhecida como uma das grandes lideranças indígenas ao combater o preconceito na condição de mulher e indígena, sendo a única mulher em meio a tantos caciques e líderes indígenas. Em 2000, foi indicada pelo Projeto “1000 mulheres” ao prêmio Nobel da Paz.

Ela morreu em outubro de 2006 por problemas de saúde. Em 2007, recebeu *in memoriam*, o prêmio “Renildo José dos Santos”, destinado aos que se dedicam à defesa dos direitos humanos. Maninha foi agraciada na categoria “Defesa da Identidade Cultural”.

O último dia de conferência foi regado de discursos, de perspectivas e de desejos de um novo tempo, de memória aos que lutaram e ajudaram a construir uma política pública de saúde aos povos indígenas que respeite a diversidade e a especificidades dos povos indígenas.

Os povos originários do Brasil, mais uma vez, mostraram seus poderes de articulação e mobilização ao desafiarem a adversidade da geografia e da burocracia. Diante de uma conjuntura política que, infelizmente, tenta impedir a voz, vez e o lugar aos povos originários, os protagonistas desse grandioso encontro entre indígenas, indigenista e outros aliados da causa, se uniram num só objetivo, de tecer com as diversas “talas” as ações fundamentais para a continuidade da vida dos Povos.

As delegações retornaram para suas regiões, seus Tapiris, carregados de esperanças e com a força dos encantados, que estiveram presentes durante todo o evento, simbólicos nas cantorias, nas rezas e na espiritualidade indígena que o mundo ocidental precisa aprender para fincar o Bem Viver.

* Referência: Relatório das propostas consolidadas e manual de votação: atenção diferenciada, vida e saúde nas comunidades indígenas/ Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde – Brasília: Ministério da Saúde, 2022. 123p

Foto: ASCOM do DSEI/MRSA



Desassistência na área da saúde

Trecho do Relatório *Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil*, dados de 2021

Em 2021, foram registrados pelo Cimi 107 casos de desassistência na área da saúde em quase todos os estados do país. Muitos dos casos têm relação direta com a desassistência no combate à pandemia de Covid-19, que se prolongou por mais um ano com consequências desastrosas para os povos indígenas. A chegada das vacinas representou um relativo alívio, mas as mortes por Covid-19 permaneceram em alta entre os povos originários, que seguiram sendo vitimados pela omissão do governo federal no enfrentamento ao coronavírus.

A assistência à saúde indígena, que já se apresentava precária ou inexistente em alguns territórios antes da pandemia, se agravou ainda mais com a crise sanitária. As demais doenças existentes estiveram praticamente esquecidas pelas autoridades e pelos serviços de saúde, bem como as ações de prevenção. Surto de malária voltaram a afetar intensamente as populações indígenas, principalmente no norte do país. Além da malária, um inaceitável número de crianças de 0 a 5 anos de idade morreu por causas evitáveis, como a diarreia e a desnutrição.

Outra situação de omissão do poder público e desassistência comum a muitas terras indígenas é a falta de saneamento básico e de água potável, situação relatada de forma recorrente por diversos povos e comunidades – como, por exemplo, no Acre, entre os povos Jaminawá e Manchineri. Com o período pandêmico, a situação na região ficou ainda mais grave, pois poucas aldeias possuem poço artesiano. O consumo de água sem o devido tratamento é uma das principais causas de doenças gastrointestinais, que afetam principalmente crianças e idosos.

Outro agravante, registrado nessa e em várias outras regiões, é a falta de médico e equipes multidisciplinares com presença nas aldeias; soma-se a isso a falta de estrutura para o atendimento como transporte para remoção de pacientes, medicamentos e insumos.

No Pará, os Tembés da TI Alto Rio Guamá tiveram uma série de problemas respiratórios e alergias e outros problemas em função da prática da “chuva de veneno”: a pulverização ilegal de veneno por meio aéreo, realizada por fazendeiros, que afetou também plantações dos indígenas e comunidades de trabalhadores rurais sem terra. A legislação ambiental proíbe a aplicação aérea de agrotóxicos em áreas situadas a uma distância mínima de 500 metros de povoados.

Em Roraima, o retrato da omissão do poder público na área da saúde indígena foi exposto nacional e internacionalmente com a foto de uma menina Yanomami, totalmente debilitada, publicada pela Folha de São Paulo. Somente cinco dias depois de publicada a foto, a menina de aproximados oito anos – que já havia sido diagnosticada com malária, pneumonia, verminose e desnutrição – foi removida da comunidade Maimasi para o Hospital Santo Antônio, em Boa Vista.

Segundo o missionário Carlo Zacchini, da Missão Catrimani, ele vinha recebendo confidências há alguns meses sobre a situação de desassistência na TI Yanomami, mas ninguém se dispunha a falar por medo. “Essas aldeias estão abandonadas. Todas elas sem assistência. Não há equipes. A equipe é desfalcada de pessoas. Tem postos de saúde que estão fechados há meses na TI Yanomami”, relata o missionário, que atua na região desde 1968.

A Hutukara Associação Yanomami (HAY) denunciou a ocorrência de um surto de malária na região, provocado e potencializado pela grande invasão de garimpeiros na terra indígena. A presença dos invasores também está ligada ao aumento de indígenas infectados por Covid-19 e aumenta o risco de outras infecções, além de outras consequências, como a desnutrição. Inúmeras denúncias têm sido feitas aos órgãos públicos de defesa e controle, mas a devastação do território e a desassistência ao povo Yanomami continuam.

Reunião com Sesai é marcada por protestos de delegações indígenas

A reunião só ocorreu após mobilização dos indígenas; Na pauta: falta de medicamentos, de saneamento básico, de combustível para transporte de pacientes para cidades vizinhas e falta de agentes de saúde para amplo atendimento das populações

Por **Maiara Dourado**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

Foi só após protestos, cantos, palavras de ordem e muita pressão que indígenas de Goiás, Tocantins, Acre e Santa Catarina conseguiram entrar no prédio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai). As quatro delegações indígenas estão em Brasília, para cumprimento de agenda com diversas instituições. Dentre elas, a Sesai, com a qual tinham, há mais de uma semana, reunião agendada, e que foi realizada no dia de ontem (06).

O motivo dos protestos se deu em razão da tentativa, por parte da instituição, de limitar o número de participantes na reunião. A Sesai “é um prédio em benefício dos indígenas”, protestavam. “Como que diz que a casa é nossa e não tem espaço”. A situação só se resolveu após manifestação do grupo, que não aceitou entrar em número reduzido, tampouco serem recebidos em espaço improvisado, “do lado de fora, que nem cachorro”, como a eles fora proposto.

As delegações formavam um grupo de mais de 80 pessoas, compostas por lideranças de 21 povos: Jaminawa, Apurinã, Kanamari, Nawa, Nukini, Manchineri, Kuntanawa, Sharanawa, Shanenawa, Apolima Arara, Huni Kuin, Jamanadi, Apinajé, Karaja, Krahô, Xerente, Krahô Kanela, Kanela do Tocantins, Takaywá, Tapuia e Xokleng. A diversidade de povos presentes para participar da reunião denota a complexidade das questões que envolvem a saúde indígena, de modo que a restrição ao número de participantes parecia, de algum modo, soar como uma forma de restringir o atendimento à saúde de suas comunidades. “Essa é só uma demonstração da forma como os povos indígenas são tratados”, bradavam.

A manifestação garantiu aos povos indígenas acesso ao auditório, onde, finalmente, puderam se reunir com a equipe da instituição, bem como com Reginaldo Ramos, secretário da Sesai. “A Sesai é que nem feijão. Só vai se for na pressão”, definiu assim, Wilson –liderança Nukini do município de Mâncio Lino, no Acre – a relação com a

instituição. “Mas o índio tem gás. Nós vamos botar pressão”, atestou a liderança.

Mesmo com os protestos, o secretário não se constrangeu em colocar o limite de tempo de uma hora para escutar as demandas dos povos das delegações, dos quais dispôs menos de 30 minutos para responder e explicar a desassistência à saúde a esses povos. As delegações se organizaram em representantes regionais para expor os casos de emergência que acometem suas comunidades, uma lista longa que inclui falta de medicamentos, de saneamento básico, de combustível para transporte de pacientes para cidades vizinhas e falta de agentes de saúde para amplo atendimento das populações.

As soluções apresentadas pelo secretário, no entanto, são incompatíveis ao regime de urgência na qual se encontra a situação de saúde desses povos. O programa proposto pela Sesai, por exemplo, que visa aumentar, no prazo de 20 anos, o número de comunidades indígenas com acesso a água potável de 45% para 95%, não dá conta da gravidade na qual se encontra a saúde dessas populações.

“Nós pegamos água nas cabeceiras [dos rios] para levar de balde para uma senhora que não tem água para banhar”, relata Elza Nãmnãdi Xerente, cacica e conselheira de saúde local. “Nós, povos indígenas tem muito amor com nossos anciãos, com as nossas anciãs. Nós trazemos para você [secretário] um problema para resolver para nós”. Mas “nós não vamos esperar muitos dias. Eu quero [saber] hoje como vai ficar. Por que a nossa vida, será que vai esperar?”, termina enfática.

Devida a pressa e o tempo escasso dedicado aos indígenas pelo secretário, a reunião foi finalizada sem grandes encaminhamentos e sem a deliberação quanto a prazos para se resolver as questões de saúde apresentadas pelos indígenas, que queriam um documento “com tudo que nós falamos aqui, protocolado com vocês, com assinatura entregue para as lideranças” exigiu Wilson. O documento, contudo, não foi entregue.



Mobilização das delegações indígenas na porta da Sesai

PLOA 2023: continuidade do desmonte das políticas sociais

Projeto de Lei orçamentária apresentado pelo governo ao Congresso reduz despesas em áreas essenciais para os direitos humanos

Por Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc)

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2023 encaminhado pelo Executivo ao Legislativo na última quarta-feira (31/08), apresenta, mais uma vez, expressivos cortes nas políticas sociais em detrimento da garantia de direitos e dos investimentos necessários para nos tirar da atual crise econômica e social. O Projeto de Lei também evidencia o pacto do governo de Jair Bolsonaro com o “centrão”, já que não faltam recursos para as emendas do orçamento secreto.

Algumas questões preocupantes que destacamos deste PLOA são: a redução das despesas discricionárias; o aumento dos recursos para emendas parlamentares, em especial as emendas de relator, que ficaram conhecidas como “orçamento secreto”; o incremento das desonerações tributárias; a frustração da promessa de um Auxílio Brasil mais robusto; e os cortes em políticas garantidoras de direitos.

O desmonte generalizado das políticas sociais constatado em nosso Balanço Geral do Orçamento da União (2019-2021) continuará em 2023, caso o PLOA seja aprovado como está pelo Congresso Nacional. O próximo governo terá um enorme desafio para conseguir combater as desigualdades sociais que se aprofundaram nos últimos anos e garantir os direitos humanos.

Meio ambiente

A previsão de recursos para o meio ambiente em 2023 foi apresentada pelo governo (no PLOA 2023) um dia antes do anúncio de novos recordes de queimadas na Amazônia. Nenhum dos anúncios surpreende, infelizmente.

O descontrole das queimadas e do desmatamento é expressão do desmonte da política de fiscalização ambiental do atual governo, sendo o desmonte do orçamento uma peça importante, mas não única.

A redução do orçamento para o Meio Ambiente expressa absoluta falta de prioridade dada a essa política. Se comparado ao PLOA 2022, o meio ambiente perde R\$ 164 milhões no PLOA 2023. No total estão previstos R\$ 2,96 bilhões para todas as Unidades Orçamentárias que compõem a pasta Meio Ambiente



Indígenas foram conduzidos ao auditório da Sesai, após manifestação

(MMA/Administração Direta, Ibama, ICMBio, Instituto Jardim Botânico, Fundo Nacional de Meio Ambiente e Fundo Clima). É o pior orçamento em dez anos.

Comparados os PLOAs 2022 e 2023, o prejuízo é muito maior:

- no Ibama foram retirados R\$ 12 milhões da ação de “Prevenção e Controle de Incêndios Florestais nas Áreas Federais Prioritárias”;
- o Icmbio perde R\$ 27 milhões, dos quais R\$ 10 milhões foram retirados da ação de “Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais”.

O quadro é ainda mais grave quando se olha o “sacrifício fiscal” atribuído ao meio ambiente. A reserva de contingência prevista é de R\$ 366 milhões, distribuídos entre Ibama, Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) e Administração Direta.

Reserva de Contingência é a parcela do orçamento em cada órgão que não pode ser gasta e que se destina ao cumprimento do Teto dos Gastos. Essa Reserva tem consumido silenciosamente o orçamento para o meio ambiente e para todas as despesas discricionárias em todos os órgãos.

O mecanismo que passa muitas vezes despercebido no debate público é responsável, por exemplo, pela morte do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), que tem, hoje, quase todo recurso destinado ao sacrifício fiscal, ao passo em que os problemas associados à destruição ambiental só crescem no Brasil. O FNMA tem previsto no PLOA 2023 apenas R\$ 36 milhões dos quais R\$ 33 milhões, ou seja, 90% estão aprisionados na Reserva de Contingência.

Vale lembrar que esse Fundo foi criado em 1989 com a missão de contribuir com o financiamento da implementação da Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA (Lei Nº 6.938/81).

O FNMA é destinado para todos os biomas brasileiros e para o fortalecimento da política ambiental de estados e municípios. A escala nacional e flexibilidade para apoiar diferentes agendas o tornam potencialmente relevante como instrumento de financiamento da Política Nacional de Meio Ambiente.

Povos Indígenas

No que tange às políticas públicas voltadas para os povos originários, o PLOA 2023 aprofunda a diretriz anti-indígena adotada ao longo da gestão Bolsonaro e analisada em nosso dossiê “Fundação Anti-indígena: um retrato da Funai sob o Governo Bolsonaro”. O orçamento proposto para 2023 é R\$34 milhões mais baixo do que o proposto no PLOA 2022.

Ainda que a queda possa ser considerada pequena em relação ao ano em curso, é preciso levar em conta o aprofundado estrangulamento orçamentário vivenciado pelo órgão, que impacta tanto no quadro de funcionários como na própria efetivação das políticas sob sua responsabilidade. Destaca-se que, como constatado no dossiê, em 2022 havia mais cargos vagos do que ocupados na Funai e o PLOA 2023 não indica qualquer melhora nesta situação. Ao contrário, se o PLOA 2022 previa gastos de R\$4120 milhões para custeio de pessoal e encargos sociais, o PLOA 2023 prevê uma redução de R\$16 milhões neste grupo de despesa, deixando ainda mais incerta a capacidade executiva da autarquia.

No que se trata do programa finalístico, ou seja, aqueles que chegam mais diretamente nas comunidades indígenas, também há cortes. O PLOA 2023 prevê gastos de até R\$80,6 milhões para a execução do programa “Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas”. No PLOA anterior, estavam previstos gastos de até R\$94,5 milhões, o que significa uma queda de 14% nos valores propostos.

Chama especial atenção a queda de R\$7 milhões na ação destinada a regularizar, demarcar e fiscalizar as terras indígenas, além de proteger povos indígenas isolados e de recente contato (ação orçamentária 20UF). Este caso torna-se temerário não apenas pela violência e invasões crescentes às TIs, estimuladas pela atual gestão e constatada em relatórios como o elaborado pelo Conselho Indigenista Missionário, mas também por conta da paralisia adotada pelo órgão nos processos de demarcação de terras. Como apontamos anteriormente, além de retroceder processos já avançados de regularização de TIs, ao longo da gestão atual do órgão, apenas Grupos Técnicos determinados judicialmente foram instituídos, sendo esta a primeira etapa do processo demarcatório. Assim, pode-se supor que o orçamento previsto para 2023 não dê conta sequer de atender a atual diretriz do órgão, qual seja, prosseguir com as demarcações apenas com determinação da justiça.

Assim, caso o PLOA 2023 seja aprovado como está, a retomada da política indigenista enfrentará sérios desafios, independente de quem seja o mandatário do país no próximo período. A necessária reestruturação e redirecionamento do órgão esbarrará no quadro de servidores desfalcado, sem plano de carreiras e proteção adequados para executar sua missão, além de um orçamento exíguo e ainda mais apertado do que o deste ano.



Indígenas foram conduzidos ao auditório da Sesai, após manifestação



Produção da farinha de mandioca e entrega de presentes durante a 16ª Farinhada das Mulheres, realizada em novembro de 2022, no território Tupinambá de Olivença, no Sul da Bahia

O empoderamento das mulheres indígenas por meio de subprodutos derivados da mandioca

A Farinhada das Mulheres visa contribuir com o crescimento econômico, social e político de mulheres de diferentes povos indígenas e comunidades tradicionais, valorizando o bem estar e a saúde mental

Por **Marina Oliveira**, da Assessoria de Comunicação do Cimi, e **Alda Maria Oliveira**, do Cimi Regional Leste

Mandioca, macaxeira ou aipim: cultivada desde sempre pelos povos originários, esse bem precioso que faz parte da culinária brasileira é muito mais do que um alimento. No Nordeste, por exemplo, a mandioca é fonte de renda de mulheres indígenas e contribui não só com o crescimento econômico delas, mas também com o desenvolvimento pessoal, social e político.

Justamente com o objetivo de empoderar e fortalecer uma rede de mulheres de diferentes povos indígenas e comunidades tradicionais é realizada, anualmente, a Farinhada das Mulheres. Neste ano, o evento ocorreu entre os dias 17 e 20 de novembro, na Aldeia Serra do Padeiro, no território Tupinambá de Olivença, no sul da Bahia. A data do evento é sempre escolhida conforme o período mais propício do plantio da mandioca.

Em meio a chuvas, alegria e fortes emoções, 150 pessoas se reuniram na 16ª edição da Farinhada. Entre os povos presentes, estavam os Tupinambá de Olivença, Pataxó, Kiriri, Tapuia, Maxakali e Aranã – povos da Bahia e de Minas Gerais. Além disso, pessoas de outras comunidades tradicionais, como Quilombolas, trabalhadoras rurais e mulheres em contexto urbano, entidades parceiras – Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia (Mupoiba) – e universidades também marcaram presença no encontro.

Com 16 anos de atividades, a Farinhada das Mulheres é estruturada a partir de duas linhas de ações: o fortalecimento de uma atividade já existente – a produção de farinha; e a capacitação de mulheres Tupinambá da Serra do Padeiro, de outras aldeias do povo Tupinambá de Olivença e de outras indígenas, como as Pataxó HãHãHãe e Pataxó do Sul da Bahia.

“O evento visa desenvolver e fortalecer a produção da farinha e dos produtos derivados da mandioca, bem como a realização de rodas de diálogos, oficinas de bio-joias e de cerâmica, no intuito de favorecer a auto-organização, a autonomia e a valorização do trabalho das mulheres envolvidas no projeto”, explicou Haroldo Heleno, coordenador do Cimi Regional Leste.

Durante a Farinhada das Mulheres, são abordadas temáticas diversas, focadas em atividades desenvolvidas por mulheres. Além disso, um dos principais objetivos do encontro é fortalecer a auto-organização das mulheres indígenas e assentadas, tornando-as vez mais autônomas.

Sem dúvidas, os dias de troca irão contribuir para o crescimento pessoal, social e político das mulheres que participaram do encontro, uma vez que se entende que, ao empoderar o individual se empodera também o coletivo.

Nesta edição da Farinhada, foram executadas oficinas de bio-joias, desenvolvida pelas mulheres Pataxó do Sul da



Homenagem à Margarida Pataxó

Durante a Farinhada das Mulheres, também foram feitas homenagens à Margarida Pataxó Rocha de Oliveira, mãe, avó e liderança indígena conhecida pela forte atuação na área da educação. Margarida encantou no dia 16 de novembro de 2022, aos 55 anos de idade.

Bahia, e de cerâmica, ministrada pelas mulheres Kiriri do Oeste da Bahia.

“Com participação de jovens, mulheres e crianças, o momento da oficina de cerâmica foi de muito aprendizado e resgate cultural dos povos presentes. Várias peças foram produzidas, acompanhadas de histórias de gerações familiares das mulheres Kiriri e dos demais participantes”, explicou Alda Maria Oliveira, missionária do Cimi Regional Leste.

Além disso, como parte da programação do encontro, foram realizados rituais, cantos, mesas de diálogos e conjuntura, rodas de conversas, oficinas práticas e temáticas, visitas às roças e à colheita da mandioca, raspagem e torragem da farinha, feitura de beijos, coletas de sementes de plantas e ervas e trocas de presentes.

O último dia foi fechado com a tão esperada celebração e com a feira de partilha dos produtos produzidos entre todas as participantes da Farinhada. Parte dos produtos será distribuída em algumas comunidades de povos tradicionais e em paróquias de cidades vizinhas, como São José da Vitória, Itabuna e Ilhéus, todas localizadas no estado da Bahia.

“Destacamos a importância destes momentos, não só para pensar em saídas econômicas e sociais, mas também sobre o valor e a importância na saúde mental e no cuidado do bem estar e da valorização psicossocial das mulheres quando participam destes movimentos”, finalizou o coordenador do Cimi Regional Leste.



A Farinhada das Mulheres tem como objetivo favorecer a auto-organização, a autonomia e a valorização do trabalho das mulheres envolvidas no projeto

Indígenas pautam o direito à alimentação e à reparação em carta a governo eleito

A carta é dirigida ao presidente Lula, a quem os Avá-Guarani do oeste do Paraná pedem reparação por roubo de terras e prejuízos à memória Guarani, bem como a garantia à alimentação tradicional

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

O encontro intitulado “A importância do Tembi’u Poro’y para os Avá-Guarani” realizado entre os dias 26 e 27 de novembro, reuniu lideranças e organizações indígenas Guarani com intuito de propor políticas para uma alimentação mais saudável e consonante aos costumes tradicionais. Os Avá-Guarani têm encontrado dificuldades para se alimentar conforme seus costumes e acessar a terra para produzir seus próprios alimentos.

A principal queixa advinda do encontro é de que as cestas básicas e os alimentos servidos na merenda escolar não atendem suas necessidades físicas e espirituais. Osmarina de Oliveira, missionária do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Regional Sul, que acompanhou o encontro, relata que “a maioria dos alimentos que vem para as escolas indígenas são enlatados e as crianças não comem esses alimentos”, sendo muitos deles desperdiçados.

O Tembi’u Poro’y, como assim os Avá-Guarani chamam a comida fresca, é um pressuposto da alimentação desse povo, a qual só se faz possível por meio da produção de seu próprio alimento. Não à toa, o direito à alimentação dessas comunidades passa pela demanda de demarcação do território Guarani, sendo sua reivindicação condição fundamental para produção de alimentos saudáveis e próprios da dieta tradicional, específicas do modo de vida dos Avá-Guarani.

Durante o encontro, foram tiradas três cartas direcionadas a pessoas e entidades distintas: uma dirigida ao presidente eleito Luís Inácio Lula da Silva, o “Nhanderamoi Lula da Silva”, “nosso



Foto: Osmarina de Oliveira /Cimi

Entrega do documento ao Paulo Porto e ao Guarani Lino Cunumi Pereira

avô, nosso sábio” como assim o chamam na língua Guarani; outra ao governador do estado do Paraná e uma terceira ao Ministério Público Federal (MPF).

Na carta encaminhada ao presidente eleito Lula, a questão alimentar e a reparação pelo esbulho do território Guarani aparecem destacadas em seu conteúdo. Na Comissão Guarani da Verdade, membros desse povo constataram por meio de relatos de seus antepassados, que na década de 1970 suas terras foram roubadas e entregues a invasores. “Assim aconteceu no Ocoy/Jacutinga, quando atevam fogo nas nossas casas, no Guarani Kue quando o Inkra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária] simplesmente pegou nossa terra demarcada e entregou aos colonos e, em vários outros lugares”, denunciam as lideranças que assinam a carta. Já no início da década de 1980, “veio a Itaipu e alagou as nossas terras. Os últimos espaços que restavam na beira do rio Paraná viraram um imenso lago, nunca fomos reparados”, denunciam.

No documento escrito por lideranças Guarani do oeste do Paraná, o pedido por reparação se soma a reivindicação por soberania alimentar e alimentação saudável, uma demanda que tem como base política, o direito à demarcação de suas

terras. “Queremos agregar que precisamos de alimentos saudáveis, aquilo que chamamos de Tembi’u Poro’y (comida fresca) e para isso queremos o direito de produzir nossa própria comida, mas para isso precisamos de terra. Nosso povo está sem terra e assim não conseguimos viver”, conclama representantes do povo Avá-Guarani.

Mas, enquanto não há demarcação, se exige uma maior discussão do governo federal junto a lideranças quanto ao conteúdo das cestas básicas ofertadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai). “Porque precisamos de alimentos adequados ao nosso bem estar físico e espiritual”, afirmam na carta. Além de linhas de créditos que os apoiem na produção de suas roças e alimentos.

Outras cartas

Na carta enviada ao governador do Paraná, Carlos Roberto Massa Júnior – o Ratinho – as lideranças Guarani reivindicam a construção de escolas em áreas não demarcadas e abordam a questão da alimentação das crianças em ambiente escolar. Elas destacam a importância de uma melhor adequação da merenda ao costume alimentar indígena, uma vez que “o excesso de alimentos industrializados [vindos na cesta] modifica o paladar além de introduzir uma quantidade grande de químicos no organismo de nossos filhos”. Nesse sentido, é proposto ao governo do Paraná que, onde se tenha produção, se adquira produtos da própria comunidade.

Já na carta encaminhada ao MPF, os representantes Guarani reclamam uma audiência pública a fim de discutir o novo modelo de organização e atendimento do Ministério Público do estado. A mudança na forma de atendimento às demandas das comunidades da região tem causado prejuízos à população Guarani que tem tido dificuldade de acessar a instituição em situações de denúncia.

Desassistência Geral

O Cimi registrou, em 2021, 34 casos de desassistência geral, muitos, ligados à falta de alimentos e à fome que assola diversas comunidades indígenas. O cenário de aumento da insegurança e da fome no país tem se intensificado desde 2017, e atinge sobremaneira os povos indígenas – especialmente aqueles que estão em luta pela demarcação de suas terras, vivendo em acampamentos, retomadas e à beira de rodovias.

Levantamento da FGV Social, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, do IBGE, indicou que a quantidade de brasileiros abaixo da linha de pobreza atingiu recorde no fim no país atingiu recorde no fim de 2021, com 23 milhões de pessoas vivendo com menos de R\$ 210 ao mês..

De acordo com o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, divulgado em 2021 pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), mais da metade dos domicílios brasileiros (55,2%) se encontravam em situação de insegurança alimentar no final de 2020 – e, deste conjunto, cerca de 9% conviviam com a fome, ou seja, estavam em situação de insegurança alimentar grave, sendo pior essa condição nos domicílios de área rural (12%).

Assim, o estudo identificou que, do total da população brasileira, estimada em 212 milhões de pessoas, 117 milhões conviviam com algum grau de insegurança alimentar, sem ter certeza se teriam o que comer no futuro próximo, limitando a qualidade ou quantidade de alimentos para as refeições diárias; destes, 43 milhões não tinham alimentos em quantidade suficiente e 19 milhões enfrentavam a fome.

A edição mais recente da pesquisa, realizada entre novembro de 2021 e abril de 2022, identificou um aumento ainda mais alarmante da fome no país: a quantidade de pessoas em insegurança alimentar passou a atingir 125 milhões de pessoas, e a quantidade de brasileiros com fome saltou para de 19 para 33,1 milhões – um impressionante aumento de 74% no período de cerca de um ano.



Foto: Verônica Holanda/Cimi

II Marcha Nacional das Mulheres Indígenas, setembro de 2021

A tragédia humanitária é ainda mais visível entre os povos indígenas. Abandonados pelo poder público, sem a proteção de seus territórios invadidos por criminosos, acossados em diminutos pedaços de terra, nas periferias de centros urbanos ou acampados em rodovias, os indígenas permanecem resistindo e convivendo com violências de contornos cada vez mais intensos.

No Mato Grosso, o povo Xavante desde muito tempo sofre com a falta de alimentos. A situação se agravou com a pandemia da Covid-19, e muitos deles passaram a enfrentar fome. A situação é preocupante, principalmente quando envolve crianças e anciãos. Com dificuldades para produção na própria terra, sem incentivo nem política pública que garanta a segurança alimentar, os indígenas tornaram-se dependentes de doações de cestas básicas que, mesmo quando chegam, não são suficientes para todas as aldeias. Relatos indicam que, por vezes, a fome é tanta que o alimento não dura sequer uma semana.

A localização de algumas aldeias é um dos fatores de dificuldade até de acesso, como é o caso da aldeia Paranoá, uma das 58 da TI São Marcos, onde poucos indígenas têm alguma renda como aposentadoria ou auxílio do governo. A situação, que já era difícil, ficou ainda pior com a pandemia.

No Mato Grosso do Sul, em plena pandemia, o MPF/MS precisou ajuizar ação civil pública contra a União, em caráter de urgência, solicitando o fornecimento emergencial de água potável aos indígenas, até que o fornecimento de água fosse estabelecido de forma perene para as famílias Guarani e Kaiowá do município de Antônio João (MS).

Segundo o órgão, pelo menos 489 famílias indígenas, com aproximadamente duas mil pessoas, enfrentavam a situação de descaso do poder público e sofriam com o desabastecimento de água potável nas 11 aldeias da TI Nande Ru Marangatu.

Os indígenas estavam recorrendo ao improviso para arranjar água, muitas vezes buscando-a em poços no brejo ou em córregos e rios poluídos, sem o mínimo de dignidade e de saneamento básico a que têm direito. A situação, numa área cuja demarcação é questionada judicialmente e que ainda aguarda regularização, é exemplar da realidade vivenciada por diversas comunidades em luta pela demarcação de suas terras tradicionais.

Somente em Dourados (MS), mais de 2.500 famílias de indígenas Kaiowá e Guarani vivem em barracas de lona na cidade de Dourados, completamente desassistidas pelo poder público. O cenário é de total abandono, onde famílias inteiras estão expostas a todo tipo de intempérie, de violação de direitos e desalento. A situação agravou-se com o início da pandemia, que evidenciou a impossibilidade de se garantir os mínimos cuidados sanitários.

No Pará, os Tembés da TI Alto Rio Guamá convivem com invasões e até com um depósito de lixo da prefeitura municipal de Garrafão do Norte dentro do território. O lixo irregular tem provocado problemas ambientais e danos à saúde da comunidade indígena. O MPF recomendou à Prefeitura que paralisasse a operação do depósito; como a recomendação não foi atendida, o MPF solicitou à Justiça Federal que o município seja obrigado a elaborar um plano para retirar o lixo da terra indígena.

Agenda 2023: para lideranças indígenas, Lula deve priorizar demarcação, fortalecer Funai e expulsar invasores

Rever cortes orçamentários que prejudicaram áreas como proteção aos isolados também precisa entrar na pauta; líderes reiteram a importância de decisões serem tomadas sempre em conjunto com povos originários

Por Ariene Susui, de Manaus (AM) - Repórter Brasil

Com maracás e firmeza nos passos, os protestos de diferentes povos indígenas em Brasília foram constantes durante a gestão de Jair Bolsonaro (PL). As manifestações refletem como os últimos quatro anos foram de protesto – e luta – para os indígenas brasileiros que, além de terem de enfrentar uma pandemia sem o apoio governamental prometido e necessário, seguem sofrendo com invasão de territórios, garimpo ilegal, madeireiros e um governo anti-indígena.

As ameaças se traduzem em números: em 2021, foram 118 casos de conflitos relativos a direitos territoriais em 2021, 305 casos de invasões, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio, afetando diretamente 226 terras indígenas em todo o país, segundo o Conselho Indigenista Missionário (Cimi). As violências contra dos direitos indígenas durante a gestão Bolsonaro foram tantas que a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) apresentou as violações a instâncias globais com o “Dossiê internacional de denúncias dos povos indígenas do Brasil”.

Com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o movimento indígena vem refletindo sobre quais os próximos passos para que seus direitos sejam contemplados na agenda de reconstrução do novo governo. Mas quais são os passos mais urgentes? Ouvimos lideranças e organizações indígenas para saber quais são eles e entender o desafio de implementá-los.

1. Demarcação de terras indígenas

Faz cinco anos que o Brasil não demarca terras indígenas – uma das promessas de Bolsonaro durante sua campanha. Essa deveria ser justamente a prioridade número 1 do novo governo, segundo as lideranças indígenas ouvidas pela reportagem. Marivelton Baré, presidente da Federação das Organizações indígenas do Rio Negro (Foirn), ressalta que há territórios que já estão prontos para a homologação. “O governo Lula deve homologar as terras indígenas que estão esperando há muito tempo, onde já foram concluídas



Expulsar invasores dos territórios foi elencado por associações indígenas como uma das ações prioritárias do governo Lula; os Kayapó (foto) sofrem com garimpeiros que ameaçam várias de suas aldeias, mas há outros povos cujas terras vêm sendo invadidas por madeireiros ilegais e grileiros

todas etapas de estudos antropológicos, ambientais e fundiário”.

O GT (grupo de trabalho) dos povos indígenas no governo de transição inclusive já entregou a relação de 13 terras indígenas com processos finalizados e que podem ser homologadas imediatamente. Localizadas em áreas das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul, as áreas prontas para serem demarcadas incluem territórios de povos como Pataxó, Tremembé, Kaingang, Guarani, Tukano e Komama, entre outros.

2. Funai com mais isolados e sem militares

Um exemplo do desmonte das políticas pró-indígenas no governo Bolsonaro é o veto parcial ao orçamento previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) destinado à “regularização, demarcação e fiscalização de terras indígenas e proteção dos povos indígenas isolados”.

Reverter esse corte orçamentário deveria ser um tema prioritário do novo governo, segundo o líder Beto Marubo, da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), território que concentra a maior presença de povos isolados do planeta. Ele destaca que é preciso rever os orçamentos da Funai (Fundação Nacional do Índio) e da Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena), pois esse esvaziamento tem um impacto direto nas aldeias.

“É preciso reorganizar esses órgãos, repor os orçamentos. Esses setores estão funcionando apenas com uma parte dos recursos e isso ocasiona uma série de problemas nos nossos territórios e principalmente aos parentes isolados que vivem na região e precisam da proteção dos órgãos governamentais” afirmou Marubo. No Brasil, há registrados 114 povos indígenas em isolamento voluntário, segundo dados da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab).

A desfiguração da Funai tem prejuízos também na demarcação das terras indígenas, o que seria uma de suas principais funções. “A gente passou quatro anos sem efetivamente contar com uma atuação do Estado em relação à Funai, que foi completamente militarizada”, afirma o coordenador executivo da Apib, Kleber Karipuna. “E o problema da presença desses militares, no contexto do bolsonarismo, é o autoritarismo. Temos um histórico recente de gestores que atuam pontualmente perseguindo servidores indígenas e não-indígenas por simplesmente estarem apoiando o movimento indígena ou se colocarem contra determinada de decisão que iria contra a própria política indigenista”, explica

Atualmente, a Funai é presidida pelo delegado de Polícia Federal Marcelo Augusto Xavier, nome que agrada à bancada ruralista do Congresso. Favorável à mineração em terras



Cortes severos no orçamento da Funai e sua militarização impacta diretamente a vida as aldeias, prejudicando, por exemplo, a segurança dos indígenas em isolamento voluntário; territórios também ficam mais propensos a invasões, que podem começar com a abertura de estradas, como no caso da terra indígena Parabubure

indígenas, ele já foi assessor do secretário especial de Assuntos Fundiários, Nabhan Garcia, que também atua como presidente licenciado da União Democrática Ruralista.

“É preciso fazer um realinhamento da Funai, estamos em um momento muito propício para que os povos indígenas assumam o protagonismo, com a nomeação de representações indígenas que retomem a demarcação de terras, criem grupos de trabalho e voltem a esquentar a discussão sobre política nacional de gestão territorial das terras indígenas”, completa Karipuna.

Para a liderança indígena Maial Kaiapó, é preciso retirar todos os militares que estão ocupando a saúde indígena e a Funai. “Não é apenas rever os orçamentos, é preciso tirar os invasores de dentro dos órgãos indigenistas, o governo deve olhar para isso, precisamos urgente que essas pessoas desocupem nossos espaços que foram conquistados com muita luta”. Baré, da Foirn, lembra ainda que além de fortalecer Funai e Sesai, é crucial a criação do Ministério dos Povos Originários.

3. Revogação de portarias e expulsão de invasores

Bolsonaro, publicou inúmeras portarias que violam os direitos indígenas, como o PL 490/2007, que prevê a mudança no Estatuto do Índio sobre o processo de demarcação; o PL 191/2020, que abre os territórios indígenas para grandes empreendimentos e exploração dos recursos hídricos sem a consulta prévia, livre e informada.

Neste aspecto, Maial Kaiapó pontua a urgência na anulação dessas portarias e a necessidade da expulsão dos invasores: “Há muitos pedidos de retirada de pessoas que estão entrando nas terras para destruir a floresta, então acredito que a missão é retirar essas pessoas que estão destruindo a nossa casa. Outra prioridade é a revogação imediata desses PLs que estão em tramitação no Congresso”.

Para Beto Marubo, essas medidas são extremamente nocivas aos povos indígenas e a desinstituição de invasores têm que ocorrer em parcerias com várias instituições. “Para enfrentar o alto índice de criminalidade e narcotráfico que vem acontecendo junto às invasões das terras indígenas, é preciso uma atuação conjunta da Polícia Federal, Ibama e Polícia Ambiental. Também é fundamental colocar uma força permanente de fiscalização e monitoramento das terras indígenas”.

4. Fortalecimento de políticas e fundos ambientais

Em novembro, os olhares do mundo se voltaram à COP-27, que ocorreu em Sharm El Sheikh, no Egito. Para o Brasil, essa edição contou com a presença do presidente eleito Lula e



Lideranças reforçam que o próximo governo precisa ter claro a importância de as decisões serem tomadas sempre em conjunto com representantes dos povos originários

ficou marcada pela volta do Brasil aos principais debates sobre mudanças climáticas – um cenário que traz esperança aos movimentos indigenistas diante de tantos retrocessos na área ambiental nesses últimos quatro anos, juntamente com o estancamento em fundos voltados principalmente para a proteção da Amazônia.

Toya Manchineri, coordenador da Coordenação das Organizações da Amazônia Brasileira (Coiab), ressalta a importância de o governo retomar o Fundo da Amazônia e pontua a necessidade do fortalecimento das políticas ambientais. “Vivenciamos tempos sombrios, mas é hora de retornarmos. Acredito que o novo presidente vai trazer de volta o Fundo Amazônia, que é fundamental para apoiar os projetos dos territórios indígenas. Mas claro que tudo tem que ser nos consultando, nada de cima para baixo e sim em diálogo”, afirma. “Não podemos nos esquecer da presença dos povos tradicionais nos principais debates oficiais sobre mudanças climáticas”.

Marubo enxerga que repor o quadro de recursos humanos nos órgãos de proteção ambiental, como IBAMA e ICMBIO será necessário “Vai ter que contratar gente e isso significa aumento do orçamento, será um custo, mas é preciso, esses espaços são de total importância estarem dentro do planejamento do governo” finalizou Beto.

5. Educação específica e diferenciada

Um desafio para o governo Lula é a implementação com seriedade da educação específica dos povos indígenas, prevista na Constituição de 1988. Maial reforça que é preciso um olhar mais para as escolas indígenas: “A educação indígena específica que visa a realidade dos nossos povos tem que ser uma prioridade no governo Lula, e para isso acontecer é essencial a escuta dos nossos povos pelo MEC”.

Beto Marubo relata que a falta de uma educação de qualidade tem feito muitos alunos saírem do território. “A educação na aldeia tem sido horrível, pelo menos na minha região, mas eu acredito ser padrão em outras regiões. É um dos motivos do aumento dos jovens deixarem suas terras”, afirma. “E isso tem gerado graves problemas sociais, como a prostituição, a cooptação do narcotráfico, a violência, pois quando saem para cidade são esquecidos, ficam sem nenhum acolhimento”.

Nas diferentes áreas abordadas nessas reportagens, todas as lideranças indígenas ouvidas afirmam esperar que as bancadas, deputados e aliados possam dialogar e reconhecer as representatividades indígenas, sempre com consultas aos povos originários e respeitando suas formas de decisão.

Sob Bolsonaro, a violência e impunidade contra os povos indígenas foram naturalizadas*

Por **Lucia Helena Rangel**** e **Roberto Antonio Liebgott*****

Os povos indígenas resistem dolorosamente a um processo de desmonte das instituições que deveriam resguardar seus direitos, seus territórios e a proteção aos seus modos de ser e viver. E, mais que tudo, estão submetidos a um dramático contexto de violência sistêmica e institucionalizada. Corpos, espíritos, terras e águas sofrem cruéis agressões, e as vidas de crianças, jovens, homens, mulheres, idosos e idosas estão sendo aniquiladas sob a omissão e conivência silenciosa dos entes e agentes públicos.

O levantamento do Cimi para o Relatório de Violências Contra os Povos Indígenas do Brasil – dados de 202, impactou, sobremaneira, a crueldade, a brutalidade, a contundência e a continuidade das invasões, incêndios, desmatamentos, loteamentos e esbulhos permanentes, assim como das agressões contra as vidas indígenas, expressas em espancamentos, torturas, envenenamentos e assassinatos.

Meninas estupradas, meninos violentados, bebidas e alimentos envenenados, ataques às aldeias, incêndios em

Casas de Reza e corpos dilacerados, esses tópicos de violência parecem narrativas de roteiros de séries e filmes de horror, ou relembram os registros históricos dos períodos em que os indígenas eram caçados por bugreiros, bandeirantes e escravagistas. E tudo, de forma contumaz, aconteceu em 2021 e continua nos registros dos dados relativos ao ano de 2022.

De forma sintética, sem meias palavras, esse texto apresenta o que significou o ano de 2021 para os povos indígenas no Brasil, podendo se dizer, pelos dados e narrativas apresentadas

no relatório do Cimi, que este ano pode ter sido, para muitos povos, o pior deste século.

Sob o governo de Bolsonaro se introduziu, na relação do Estado com os povos indígenas, pelo menos duas concepções de fundo que embasam os crimes e a impunidade: a primeira vincula-se à ideia de que os indígenas não são sujeitos de direitos como os outros humanos, prevalecendo a lógica do “selvagem” que, como tal, pode ser agredido, atacado, expulso ou morto; a segunda vincula-se à ideia nefasta de que os povos não precisam de terra e que tudo que se faz para eles, em termos de políticas públicas, é privilégio; portanto, ignorá-los, integrá-los, violentá-los e até matá-los não são problemas.

Essas concepções foram alimentadas exaustivamente pelos integrantes do governo e projetadas através de discursos com os quais se incentivou as invasões de terras com o argumento de que “os índios não produzem”, ou que “estão se humanizando”, ou que não serão demarcadas as terras porque haveria “muita terra para poucos índios”.

Nesse ambiente, a Funai, órgão indigenista oficial, tornou-se uma agência reguladora de negócios criminosos nos territórios demarcados ou em demarcação. O governo Bolsonaro naturalizou as violências praticadas por invasores para a extração de madeira, minério e para a prática do garimpo, e legalizou a grilagem e o loteamento das terras da União – afinal, as



Acampamento “Luta pela Vida”

terras indígenas são bens da União, conforme estabelece a Constituição Federal.

As invasões se intensificaram porque os órgãos de fiscalização e proteção mudaram seus objetivos, tornando-se intermediadores e avalizadores de negócios criminosos nas terras indígenas. E os servidores que faziam contraponto e buscavam cumprir com suas funções foram exonerados ou – e há casos – assassinados. Ou seja, Bolsonaro prima pela gestão da antipolítica, do antidireito. Aderiu-se, no Brasil, à validação da tese de que o crime compensa, basta que seja minimamente organizado, articulado, que tenha interesse estatal e consiga se estruturar para explorar indistintamente a terra e seus recursos. E aqueles homens e mulheres que se opuserem tendem a ser repelidos – não raras vezes, o assassinato é a forma mais rápida para se livrar do opositor.

*Texto publicado originalmente no Relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil – dados de 2021

****Lucia Helena Rangel** – Assessora Antropológica do Cimi, Professora Doutora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e pesquisadora no campo da Etnologia Indígena

*****Roberto Antonio Liebgott** – Missionário e Coordenador do Cimi Regional Sul, graduado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Nossa Senhora da Imaculada Conceição (Fafimc) e em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS)

Em Carta Aberta, lideranças indígenas do Vale do Javari denunciam ameaças e pedem socorro

A despeito das inúmeras denúncias do movimento indígena da região e da repercussão do assassinato de Bruno Pereira e Dom Phillips, mais de 30 indígenas que navegam pelo rio Itacoaí ficam sob a mira dos invasores

Por **Lígia Apel**, da Assessoria de Comunicação do Cimi Regional Norte I

“Queremos ajuda, pois queremos viver. Toda a vida que habita a floresta é importante e defenderemos nossos irmãos e irmãs sempre. Seguiremos fortes até o fim”. Assim finaliza a Carta Aberta escrita pelos povos indígenas da Terra Indígena (TI) Vale do Javari. A carta é um pedido de socorro pois suas vidas vêm sendo constantemente ameaçadas.

Divulgado pela imprensa e redes sociais nos últimos dias, a Carta da Associação dos Kanamari do Vale do Javari (Akavaja), datada do dia 17 de novembro, relata uma suntuosa investida contra a vida das pessoas por parte de invasores que saqueiam o território indígena.

De acordo com o relato, a abordagem dos invasores contra os Kanamari aconteceu no dia 09 de novembro. Os Kanamari compunham um grupo de, aproximadamente, 30 indígenas, entre eles muitas mulheres e crianças, que retornavam de um encontro na aldeia Massapê, no rio Itacoaí. Ao passarem por uma embarcação de pescadores não indígenas, logo perceberam que estavam saqueando o território, pois a embarcação estava cheia de quelônios, caça e peixes.

Uma das lideranças recebeu proposta de suborno para que não fossem denunciados. “Na conversa, os pescadores tentaram convencer o parente Kanamari a não denunciar a situação, oferecendo tracajás como pagamento pelo silêncio”. Outra liderança, ao questionar os motivos da insistência em invadir o território, foi ameaçada. O invasor apontou a espingarda para seu peito e disse, claramente, que todas as lideranças iriam ter o mesmo fim do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips. “Vou tirar a máscara para você ver meu rosto e te avisar que por conta de atitudes assim que Bruno e Dom foram mortos pela nossa equipe e você será a próxima”, relata a liderança ameaçada na Carta.

Não identificada por questões de segurança, a liderança concedeu entrevista ao site Amazônia Real, e disse que as invasões não cessaram. As conclusões oficiais do caso dos assassinatos de Bruno Pereira e Dom Phillips, em junho desse ano, não trouxeram amparo ou proteção aos indígenas, muito menos, resolução para o caso. “Vou te falar uma coisa. Não adiantou a gente fazer manifestação. Não adiantou trazer equipe grande [de autoridades] no auditório da Univaja (União dos Povos Indígenas do Vale do Javari). Foi tudo temporário. As invasões continuam”, desabafa a liderança.

Em outra reportagem do Amazônia Real, cujo conteúdo informa que a Ordem dos Advogados do Brasil no Amazonas pretende levar o caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, outra liderança disse sofrer ameaças há meses. Afirma também que depois que “Colômbia” – suposto mandante do duplo assassinato – foi liberado da cadeia, os invasores se sentiram encorajados para fazer abordagens ainda mais hostis. “Após a soltura de Rubens Villar Coelho, conhecido como ‘Colômbia’, os pescadores passaram a ficar mais “agressivos” e voltaram a invadir a TI Vale do Javari. Segundo a liderança, “essa foi a primeira vez, depois da morte do Bruno e do Dom, que um pescador teve coragem de chegar na gente assim”, revela a liderança na matéria.

Os indígenas da região relatam, incansavelmente, as situações de violência que vivem. Eles alertam sobre o risco que correm de serem assassinados a qualquer momento por grupos de invasores clandestinos, que adentram a floresta atrás de recursos naturais, principalmente, madeira, caça e pesca. Somado a isso, há a intimidação de narcotraficantes que mantém abertamente suas atividades do lado peruano – a TI Vale do Javari faz fronteira com Peru.

Só esse ano foram feitas ao menos três denúncias a órgãos responsáveis pela proteção dos territórios e vidas indígenas, uma resposta à Polícia Federal (PF), datada de 17 de junho que no decorrer das investigações sobre o assassinato de Bruno



Aldeia Massapê, do povo Kanamari

“Há no Vale do Javari um contexto de violência conhecido e há tempos ignorado pelo Poder Público. Marcada pela atuação do crime organizado, a região tem vivido um agravamento da situação a partir da articulação do narcotráfico com ilícitos ambientais como a pesca, a caça, o garimpo e a extração de madeira”

e Dom Phillips, desconsiderou “as informações qualificadas, oferecidas pela Univaja em inúmeros ofícios, desde o segundo semestre de 2021”; e uma resposta ao vice-presidente da República, Hamilton Mourão, em 20 de junho, que havia tipificado os assassinos de “apenas ribeirinhos que têm uma vida dura” e opinou que o assassinato deve ter ocorrido “em meio à embriaguez de final de semana”, desprezando os esforços das lideranças e da Univaja.

Em 2021, a organização indígena implementou a Equipe de Vigilância da Univaja (EVU), para realizar a autoproteção do território, pois o descaso já existia e era crescente a vulnerabilidade vivida por essas pessoas. O crime hediondo cometido contra o jornalista e o indigenista comprovam a negligência do atual governo na proteção do território e dos povos indígenas do Vale do Javari.

Os documentos e ofícios produzidos pela EVU desde 2021, “apontam a existência de um grupo criminoso organizado atuando nas invasões constantes à TI Vale do Javari, do qual ‘Pelado’ e ‘Do Santo’ fazem parte”. Esse grupo é de caçadores e pescadores profissionais envolvidos no assassinato de Pereira e Phillips. Enviados ao Ministério Público Federal (MPF), à Polícia Federal e à Fundação Nacional do Índio (Funai), os ofícios trazem descrição detalhada e fundamentada sobre as estratégias e ação dos criminosos. “Descrevemos nomes dos invasores, membros da organização criminoso, seus métodos de atuação, como entram e como saem da terra indígena, os ilícitos que levam, os tipos de embarcações que utilizam em suas atividades ilegais”.

A Carta de 17 de novembro é mais uma a ser registrada na Polícia Federal e apresentada a todos os órgãos governamentais responsáveis pela proteção ambiental, territorial e da vida dos povos indígenas da região. Se o descaso continuar, se o Estado brasileiro continuar negligente com a vida dos povos indígenas na região, mais assassinatos ocorrerão.

Compreender para agir

Na busca por compreender a conjuntura de violências da região do Vale do Javari, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos D. Paulo Evaristo Arns e a Rede Liberdade, produziram o relatório “Graves Violações de Direitos Humanos no Vale do Javari”, em setembro desse ano.

O objetivo do documento foi “fundamentar e sugerir recomendações para subsidiar o Grupo de Trabalho nomeado pelo presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Luiz Fux, a respeito do tema, nos termos da Portaria nº 228 do CNJ de 22 de Junho de 2022”.

As entidades demonstram preocupação com a sobrevivência dos povos indígenas na região, especialmente, com os povos indígenas em isolamento voluntário. A TI Vale do Javari possui o maior contingente de povos isolados no mundo. As organizações descrevem em mais de 70 páginas e documentam em outras 500, a história e o contexto de violências que sofrem aqueles povos.

“O atual cenário aponta para um quadro de ofensa sistemática dos direitos humanos e fundamentais dos povos indígenas da região, violando seus direitos à alimentação, à sobrevivência material e cultural e, sobretudo, exerce pressões sobre os povos isolados, que são empurrados ao contato involuntário, gerando-lhes mais riscos e mais conflitos em uma região já tão conflagrada”, informa o relatório. O documento aponta ainda que o contexto de violência e violação dos direitos humanos na região é persistente, ignorado pelo poder público e articulado pelo narcotráfico e agentes de ilícitos ambientais.

Tal diagnóstico além de corroborar com os incansáveis alertas dos indígenas da região, é mais um incontestável documento que comprova que a negligência do poder público torna os fatos que se repetem no Vale do Javari em “verdadeiras tragédias anunciadas”.

“Há no Vale do Javari um contexto de violência conhecido e há tempos ignorado pelo Poder Público. Marcada

Foto: Bruno Kelly/Amazônia Real

pela atuação do crime organizado, a região tem vivido um agravamento da situação a partir da articulação do narcotráfico com ilícitos ambientais como a pesca, a caça, o garimpo e a extração de madeira. (...) O potencial lesivo destes episódios tem se desenvolvido com a ausência de meios protetivos às vítimas, resultado da piora em deficiências históricas da Funai. O contexto tornava altamente previsíveis – verdadeiras tragédias anunciadas – episódios como o assassinato de Bruno e Dom”.

Havia uma esperança de que as investidas contra os indígenas e seus territórios tivessem uma arrefecida queda, após o terrível acontecimento e toda sua repercussão. No entanto, o encorajamento pela impunidade com a soltura de ‘Colômbia’ e o descaso do atual governo, expresso no sucateamento dos órgãos de proteção, favoreceu a ousadia dos invasores e a continuidade das ameaças, as quais se revelam cada vez mais ostensivas.

Toda essa configuração tem afetado, substancialmente, a vida dos indígenas na região, que andam e navegam inseguros e amedrontados com o que pode lhes acontecer. A liderança ameaçada no último dia 09 de novembro declarou: “Eu não estou andando na rua sozinha. Outro dia tentei sair para comprar um churrasquinho e tinha um bocado de homens e mulheres por lá que começaram a falar coisas horríveis pra mim, me xingaram e ameaçaram”.

Apesar de tudo, a liderança está convicta de que não pode parar de denunciar. “Cheguei à conclusão que eu não posso ficar de braço cruzado [diante da situação de ameaças]. Eles moram perto na minha casa aqui em Atalaia, nós somos muitas mulheres e crianças lá em casa. Eu estou com muito medo, mas, se ficar quieta, como será nossa vida depois? Sempre dependente deles?”, indaga, apreensiva.

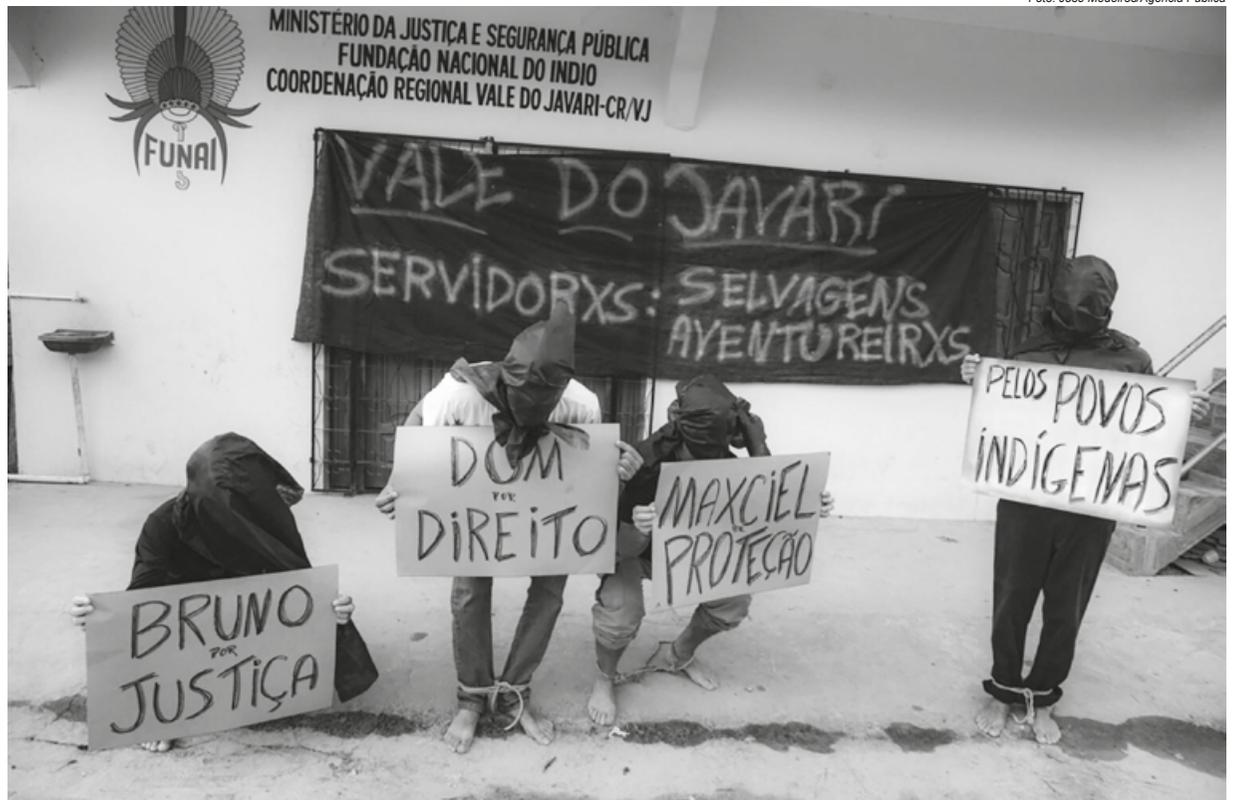
Recomendações que apontam para uma resolução

O relatório da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos D. Paulo Evaristo Arns e da Rede Liberdade, além de levantar informações estruturantes do contexto da região Vale do Javari, “dada a ampla repercussão do episódio” [do homicídio de Bruno e Dom], também teve o objetivo de “propor medidas que visem aprimorar a atuação do poder judiciário nas questões relacionadas ao caso”.

Para além da atuação do poder judiciário, as autoras do relatório se debruçaram sobre os “diversos documentos, entrevistas com lideranças, ativistas, jornalistas, juízes e acadêmicos que trouxeram um mosaico de informações que permitiram a elaboração das recomendações”. O documento traz também indicações para outros poderes constituídos e seus órgãos técnicos.

“Como a questão de violência estrutural na região da Amazônia legal é muito mais ampla que os temas que afetam exclusivamente os sistemas de justiça, algumas das recomendações feitas neste Relatório se endereçam a outros atores institucionais que têm papéis igualmente importantes na formulação de possibilidades e de soluções para a região”.

A constatação de que as políticas de Estado, de defesa da vida dos povos originários e seus territórios são eficientes, funcionam e alcançam objetivos e resultados, está relatada no Relatório. Se por um lado, os dados históricos apresentam uma região dominada pelo crime organizado e ilícitos ambientais na



Protesto em frente à Funai, em Atalaia do Norte (AM).

ausência do Estado, por outro constata-se um arrefecimento das ações dos criminosos quando o Estado atua de forma coordenada.

“Para enfrentar o alto grau de invasão dos territórios, a Funai criou, em junho de 1992, entre os rios Ituí e Itaqui, uma base de proteção móvel. A atuação na região se consolidou em 1996 com a criação da Frente de Contato Vale do Javari, no contexto de contato com um pequeno grupo Korubo, até então isolado. Essa Frente foi renomeada para Frente de Proteção Etnoambiental Vale do Javari (FPEVJ) após a conclusão da demarcação em 2001. Sob a FPEVJ eventualmente viriam a operar quatro Bases de Proteção Etnoambiental (BAPEs): Ituí-Itaqui, Figueiredo, Jandiatuba e Korubo. Enquanto isso, uma quinta BAPE, a Base Curuçá, opera sob a responsabilidade da Coordenação Regional do Vale do Javari (CRVJ), com apoio da FPEVJ”, registra o diagnóstico, destacando que a Funai não atuava sozinha, mas em articulação com outros órgãos de proteção.

A Funai atuava “em coordenação com outros órgãos estatais, com destaque para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Polícia Federal (PF)”. Em 1996, o Ibama apreendeu “mais de 21 mil metros cúbicos de madeira extraída ilegalmente, incluindo mogno, cedro e jacareúba”.

Segundo o Relatório, lideranças da Univaja afirmam essa eficiência quando há interesse político em fazer a proteção territorial. “Na época era uma atuação do Estado brasileiro de forma contundente, (...) e que isso proporcionou durante décadas a proteção dos recursos naturais”, afirmou um dos entrevistados ligados à Univaja.

Diante dessas evidências de que as tragédias podem ser evitadas ao invés de anunciadas, a Comissão Arns e a Rede Liberdade elencam uma série de recomendações ao poder público em suas diferentes instâncias: “[O Relatório] articula recomendações de ação ao Poder Público, mirando especialmente o Poder Judiciário, sem se furtar a eventualmente se debruçar sobre outros órgãos ou instituições”, diz o documento que segue os “termos da Portaria 228 do Conselho Nacional da Justiça de 21 de Junho de 2022 e lembra “a necessidade de interação do Poder Judiciário com outros órgãos, entidades e organizações, de caráter nacional e internacional...”.

Assim, a prioridade das recomendações está na atuação do poder judiciário, especialmente do CNJ no caso do assassinato de Bruno e Dom, mas amplia-se para “indicativos que possam contribuir para interromper o contexto mais geral de violência estrutural”.

Para o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), as recomendações do Relatório sobre as Violações de Direitos dos Povos Indígenas do Vale do Javari apresentam-se como importantes caminhos para a resolução dos problemas que a região enfrenta e, também, para que o Vale do Javari se descaracterize como uma região de violências e violações de direitos e passe a ser conhecida pelo potencial de respeito à vida e aos direitos dos povos originários.

O Cimi manifesta seu apoio incondicional às ações que o movimento indígena da região estabelece e realiza, e também presta sua solidariedade às lideranças indígenas do Vale do Javari que se encontram em situação de violação de direitos e de ameaças.

adm.porantim@cimi.org.br

Whatsapp (61) 9 9628-4565

(61) 2106-1650 / 2106-1655

www.cimi.org.br

CONSTRUINDO UM MUNDO SEM MALES!

Ass. anual: R\$ 130

Ass. dois anos: R\$ 190

América Latina: US\$ 55

Outros países: US\$ 90

Assinatura de apoio: R\$ 170

Com ela você contribui para o envio do jornal a diversas comunidades indígenas do país

Assine o
PORANTIM
 EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – Depósito Bancário ou PIX:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Banco Bradesco – Ag.: 0606 – C/C: 144.473-5

PIX: adm.porantim@cimi.org.br

Envie cópia do depósito por e-mail, correios ou WhatsApp

SDS – Ed. Venâncio III, salas 309/314 – Asa Sul

Brasília-DF – CEP: 70.393-902



Eapil se reúne e define próximos passos para seguir lutando pelos povos em situação de isolamento voluntário

A Equipe de Apoio aos Povos Livres (Eapil), do Cimi, se reuniu entre os dias 26 de novembro e 1 de dezembro, no Maranhão; durante o encontro, foi analisado o cenário desses povos perante o novo governo

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

A Equipe de Apoio aos Povos Livres (EAPIL), do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), se reuniu entre os dias 26 de novembro e 1 de dezembro com o objetivo de definir quais serão os próximos passos para continuar o levantamento de vestígios dos povos em situação de isolamento voluntário. O encontro ocorreu em São Luís do Maranhão (MA).

Logo no primeiro dia, foi realizada uma socialização entre integrantes dos Regionais do Cimi na Amazônia que atuam, diretamente, na defesa dos povos em situação de isolamento voluntário. Em seguida, foi feita uma análise de conjuntura, destacando, nesse momento, como será o cenário desses povos perante o governo Lula.

De acordo com Gilderlan Rodrigues, coordenador do Cimi Regional Maranhão, e membro da Eapil “o objetivo da Eapil é sistematizar informações já existentes e fazer um trabalho de campo para levantar novos elementos sobre a realidade dos povos indígenas isolados, identificando as situações de maior risco. Dessa forma, conseguimos exigir a devida proteção junto ao poder público”.

Gilderlan afirmou, ainda, que a reunião é uma prática da equipe para sistematizar as inúmeras notícias que denunciam os riscos que esses povos correm, inclusive o da ameaça de extinção.

Povos indígenas em situação de isolamento

Os povos indígenas em situação de isolamento estão localizados na Amazônia, na região do Grande Chaco paraguaio, entre outras partes do mundo. Esses povos decidiram, por diferentes razões, se desfazer das relações que mantinham com as sociedades nacionais e, até mesmo, com outros povos indígenas.

Atualmente, de acordo com a Eapil, existem aproximadamente 150 grupos de povos em situação de isolamento no mundo, sendo que dos 127 localizados na América do Sul, 117 encontram-se no Brasil. Na Amazônia, esses povos estão presentes no Brasil, no Peru, no Equador, na Colômbia, na Bolívia e na Venezuela.

De acordo com a Eapil, a denominação “isolados” não é a mais adequada para nos referirmos a esses indígenas. “O uso dessa denominação se dá tão somente por falta de uma conceituação que os identifica de forma apropriada.



Apresentação durante a reunião da Eapil

Esses povos mantinham relações, como é próprio de todas as civilizações, com outros povos indígenas e com sociedades, no passado. Mas, por algum motivo, decidiram se isolar”.

“São conhecidos também como povos ‘sem contato’, ‘em situação de isolamento voluntário’, ‘autônomos’ ou ‘livres’. São testemunhas da presença originária dos povos indígenas no continente e, portanto, anteriores aos estados nacionais, sobreviventes da violência dos conquistadores, que se reproduz até os dias atuais”, segue a explicação da Eapil sobre os povos indígenas em situação de isolamento voluntário.

A Eapil diz, ainda, que, para entender a vontade e escolha desses povos pelo isolamento, deve ser considerada a autonomia, evitando relações de dominação ou de conflitos que possam desencadear desequilíbrios internos às comunidades.

Ameaças

A violência contra os povos indígenas no Brasil não é algo que estacionou no passado. Aliás, muito pelo contrário. Com o governo Bolsonaro (2018 – 2022), esse cenário ficou

ainda mais dramático com a retirada de direitos – como o direito à saúde, à educação e ao território –, e com os constantes ataques feitos por ruralistas, madeireiros, garimpeiros, pescadores e grandes empresários contra os indígenas.

Outro aspecto que potencializa a situação de vulnerabilidade, acentuando a violência contra os povos indígenas isolados, é a publicação das portarias de restrição de uso, ou seja, terras indígenas não demarcadas, onde há presença de índios isolados por apenas três meses.

Nesses dias de encontro, a Eapil concluiu que essa onda de violência continua perseguindo os sobreviventes dos povos que optaram por viver em situação de isolamento. Nesses dias de reuniões, foi lembrado também a respeito do cenário de violência e ameaças no chamado “arco do desmatamento”, que percorre os estados do Maranhão, Pará, Mato Grosso, Rondônia e Acre.

“A exploração madeireira e o desmatamento, seguidos da ocupação da terra pelo gado e pelos monocultivos do agronegócio fazem desaparecer todo e qualquer vestígio de presença humana anteriormente identificada naqueles locais. Além disso, eliminam as provas de massacres recentemente praticados contra esses povos indígenas”, afirma a Eapil.

“A volta dos grandes projetos de infraestrutura governamentais na Amazônia, implementados por meio da IIRSA [Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana], que visa facilitar o acesso para o uso e exploração dos recursos naturais da região, associam-se à lógica predatória em curso, restringindo ainda mais os espaços de refúgio dos povos isolados”, conclui.

Os trabalhos continuam

Ao final do encontro, os integrantes da Eapil construíram um planejamento de atividades previstas, em âmbito nacional e internacional, para o próximo ano.

Diante dos levantamentos e diálogos, foi definido que haverá um foco prioritário aos povos Piripkura, do Rio Pardo (MT), e Xinane, do Acre. Ambos têm sido alvos constantes de madeireiros e grileiros – entre outros tipos de invasores. Outro trabalho a ser realizado será o levantamento dos impactos nos territórios indígenas onde vivem os povos isolados, devido à construção da estrada de Cruzeiro do Sul a Pucallpa, no Peru, bem como de uma hidrovía.



Integrantes da Eapil, do Conselho Indigenista Missionário



O professor e integrante da Eapil, Lino João, durante apresentação sobre os povos indígenas em situação de isolamento voluntário

Fotos: Gilderlan Rodrigues/Cimi Regional Maranhão

Eapil participa de encontro com GTI Internacional para a Proteção dos Povos Indígenas em Situação de Isolamento e Contato Inicial

O evento ocorreu entre os dias 5 e 9 de dezembro em Assunção, no Paraguai; os participantes trataram da situação desses povos em oito países, incluindo o Brasil

Por **Marina Oliveira**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

Entre os dias 5 e 9 de dezembro, o Grupo de Trabalho Internacional para a Proteção dos Povos Indígenas em Situação de Isolamento e Contato Inicial (GTI-PIACI) se reuniu em Assunção, no Paraguai, com o objetivo de partilhar informações e dados relacionados ao contexto dos povos indígenas em situação de isolamento e de recente contato.

Participaram do encontro lideranças indígenas, indigenistas e organizações, que atuam pela causa, de oito países (membros do GTI-PIACI): Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Suriname e Venezuela. Entre os representantes do Brasil, estavam presentes a Equipe de Apoio aos Povos Livres (Eapil), do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e a União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja).

O evento teve como finalidade estabelecer a situação dos povos indígenas em isolamento e contato inicial (PIACI) nos oito países membros do GTI-PIACI; fortalecer a articulação e aliança entre entidade que atuam na proteção do território e da vida dos PIACI; criar espaços de reflexão e informação sobre temas relevantes para a proteção dos PIACI, entre os quais a gestão do risco de violação dos direitos desses povos indígenas; e definir propostas e ações para o ano de 2023.

Ao longo dos cinco dias de evento, foram apresentados informes, um plano de ação elaborado pela Secretaria do GTI-PIACI, e os participantes também tiveram a oportunidade de compartilhar o atual contexto dos povos em situação de isolamento e de recente contato em seus países. Além disso, foram feitas reuniões em grupos para aprofundar questões e temas relacionados ao assunto.

Eapil – Cimi

Durante o encontro, a Eapil apresentou os trabalhos realizados no Brasil para acompanhar as temáticas relacionadas aos povos em situação de isolamento e de recente contato. O docente Lino João, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), viajou ao Paraguai para representar a Eapil/Cimino evento.

Em conversa com Lino, ele relatou e explicou sobre os trabalhos da Eapil no Brasil. “A Eapil, através de levantamentos em campo,



O professor Lino João, representando a Eapil, durante encontro do GTI-PIACI, no Paraguai

coleta provas sobre a presença de grupos em situação de isolamento. Com os levantamentos realizados com o apoio das equipes locais do Cimi, foi possível registrar relatos testemunhais de indígenas e ribeirinhos das regiões próximas de onde provinham notícias da presença de indígenas livres, de avistamentos, pegadas na beira de rios e igarapés, quebradas na mata e objetos utilizados por eles”.

“Em algumas situações, a própria Eapil constatou vestígios no interior da floresta. Também são identificadas as ameaças externas a esses povos e seus territórios, como a presença de garimpeiros, grileiros, madeireiros, extrativistas, desmatamentos, obras e projetos de infraestrutura”, continuou Lino.

De acordo com estudos e dados compilados pela Eapil, existem referências sobre a presença de 118 grupos indígenas em situação de isolamento no Brasil. Com exceção de um povo, que está localizado no estado de Goiás,

todos os outros encontram-se na Amazônia brasileira.

“As informações são utilizadas para dar conhecimento sobre a existência desses povos, para denunciar as situações de ameaças e para cobrar do poder público que reconheça a existência desses povos e adote as necessárias medidas de proteção dos seus territórios. Da mesma forma, a Eapil incide no âmbito dos organismos multilaterais, como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos [CIDH] e o Fórum Permanente da ONU [Organização das Nações Unidas] para questões indígenas”, explicou Lino.

A Eapil é formada por integrantes do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e atua, diretamente, com os povos em situação de isolamento – também conhecidos como “povos isolados”.

Desde a década de 1970, missionários do Cimi atuam com esses povos, mas apenas em 2006 a Eapil foi criada. A equipe é formada por pessoas de sete Regionais da entidade na Amazônia brasileira. Os missionários do Cimi que atuam pelos povos em situação de isolamento estão localizados, atualmente, nos seguintes estados: Amazonas, Roraima, Acre, Rondônia, Mato Grosso, Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins.

De acordo com Lino, “a Eapil conta também com o apoio da Equipe Itinerante, que é uma iniciativa interinstitucional de diversas entidades da Igreja Católica que atua em regiões de fronteira, o que permite acompanhar situações em que esses povos ocupam territórios transfronteiriços”.

Foto: Gilderlan Rodrigues/Cimi Regional Maranhão



Representantes de oito países durante encontro do GTI-PIACI, no Paraguai

A aposta no extermínio dos povos indígenas isolados para premiar os invasores de suas terras

Por **Equipe de Apoio aos Povos Livres (EAPIL)**, do Conselho Indigenista Missionário Cimi*

A atrocidade dos assassinatos do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips, no dia 5 de junho de 2022, no Vale do Javari, estado do Amazonas, na região fronteira Brasil-Peru-Colômbia, desnuda como as terras indígenas se transformaram em áreas inseguras, palcos de conflitos e de crimes socioambientais. Tais crimes e conflitos são abertamente estimulados pela política anti-indígena do governo federal, empenhado em desconstruir os sistemas de proteção com a intenção de promover o esbulho dos territórios indígenas.

Esse fato se reveste ainda de maior gravidade por ter sido praticado por uma organização criminosa que vinha agindo impunemente na Terra Indígena (TI) Vale do Javari, região com a maior concentração de povos indígenas livres ou isolados no mundo, e que, por isso, deveria estar com a vigilância redobrada, dado o risco de extermínio destes povos, cuja existência e segurança dependem exclusivamente da garantia de seus territórios. Não é demais lembrar que a criminalidade contra os recursos naturais desta terra, indispensáveis para a sobrevivência dos povos indígenas, há muitos anos vem sendo denunciadas pelas organizações representativas dos povos do Vale do Javari.

Os dados revelam que a maioria dos territórios com presença de povos isolados não está devidamente protegida e, mais do que isso, denunciam a omissão cúmplice do governo no combate às invasões e a expectativa do extermínio desses povos a curtíssimo prazo, evidenciada com a não renovação das Portarias de Restrição de Uso¹ das áreas com presença de indígenas isolados pela Fundação Nacional do Índio (Funai), ou a sua renovação por períodos curtos, de apenas seis meses. Por isso, não é exagero afirmar que está em curso o extermínio programado dos povos indígenas isolados no país, como a Equipe de apoio aos povos livres do Cimi (EAPIL) voltou a denunciar na 21ª sessão do Fórum Permanente das Nações Unidas (ONU) para as Questões Indígenas, em abril de 2022.

A omissão, ainda mais quando ela é ativa e planejada, faz com que a ocorrência de genocídios de grupos indígenas isolados não seja uma possibilidade remota, mas muito real, e coloca o governo federal no cenário de crimes anunciados, como cúmplice do que possa vir a acontecer. Está claro que a sua aposta é que os povos isolados desapareçam, que suas terras sejam entregues a seus algozes como recompensa, como tem ocorrido historicamente no país, e que os crimes fiquem impunes encobertos pela invisibilidade dos massacres.

* *Matéria publicada originalmente no Relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil – dados de 2021*

¹ *A portaria de restrição de uso limita o ingresso de terceiros nas áreas interditadas devido à presença de indígenas em isolamento voluntário e veda a realização de atividades econômicas ou comerciais no local. Foi concebida como um instrumento transitório, que precisa ser renovado periodicamente.*

CAUSOS E CASOS

Rumo aos 50 anos



CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

O Massacre do Paralelo 11

Por Eglydio Schwade*

No dia 29 de outubro de 1963, vi surgirem 37 seringueiros de uma trilha na beira do pequeno aeroporto de Utiariti, ao lado do Rio Papagaio. Arrastavam-se sob um bucho (saco seringado) pesado e sob um corpo e uma consciência cansadas. Mas o seu pecado, com certeza, não era tão grande quanto o dos seus patrões: Antônio Junqueira e Sebastião de Arruda. Havia acabado de eliminar um grupo de criminosos que mataram muitos índios e seringueiros inocentes a serviço desses seringalistas. No levante, mataram Amorim, encarregado do seringal Juina-Mirim, da Firma Arruda-Junqueira e mais cinco capangas.

Acolhidos por nós em Utiariti, revelaram histórias de muita dor. Entre elas, foi revelado o Massacre do Paralelo 11, cometido contra os índios Cinta Larga a mando dos donos da firma Arruda-Junqueira. Diversas aldeias Cinta Larga foram massacradas com extrema perversidade e crueldade. Havia ali quem participava pessoalmente dessas ações. Graças às revelações do grupo, esses acontecimentos vieram a público através do Relatório Jader Figueiredo, da CPI do Índio. Este relatório abalou a Ditadura Militar, que tentou abafar os fatos, fazendo sumir toda a edição do mesmo. Felizmente, um exemplar foi encontrado recentemente por Marcelo Zelic, que o difundiu na Comissão Nacional da Verdade.

Os antecedentes da revolta dos seringueiros do Juina-Mirim: morte de dezenas de inocentes: índios, seringueiros, raptos de mulheres e violência constante de todo o tipo. Públicos eram também os nomes dos responsáveis, os donos da firma Arruda-Junqueira: Sebastião de Arruda e Antonio Junqueira.

O estopim da revolta aconteceu quando o Amorim mandou matar um companheiro seringueiro. A vítima suplicava: “por Aquele que te deu o leite que bebeste no seio de tua mãe e que fez as estrelas do céu, não me mates!”. A resposta: “Não”. E o matou a tiros e queimou o seu corpo, relataram os seringueiros.

Encabeçados por um tal de “Paraná”, seguiram rumo à sede do seringal, convocando os seringueiros pelo caminho. Cercaram a sede, surpreenderam o Amorim e seus cinco capangas, liquidaram todos e recolheram o arsenal de armas da firma Arruda-Junqueira. (Sobre elas uma placa: “exclusivo do Exército Brasileiro”).

Após a morte do Amorim e seus capangas, era intenção dos amotinados prosseguirem em sua ação de ‘limpeza’, atacando outro criminoso, conhecido como ‘Paulista’. Mas, na manhã seguinte, o líder ‘Paraná’, deslumbrado com o arsenal de armas, propunha rumar para o Pará afim de vende-las. O desentendimento provocou a morte do ‘Paraná’.

Resolveram então se dirigir a Utiariti e pedir a intermediação do diretor: Pe. Edgar Schmidt. Este, pego de surpresa, sem nenhuma experiência para conduzir uma situação dessas, colocou o rádio da escola à disposição dos amotinados para se entenderem diretamente com o dono do seringal, Antonio Junqueira. Ainda não existia o Cimi para prestar assessoria!

Uma mediação supunha a aceitação de algumas condições por parte do seringalista Antonio Junqueira, ente elas:



“garantir um tratamento humano para os seringueiros e garantir a volta das armas ao Exército Brasileiro”. Algo completamente utópico para se exigir de criminosos. Obviamente nada disso se conseguiu.

Finalmente, após longas discussões pelo rádio, foi acertado um encontro. Para demonstrar sua força, a Junqueira fez acompanhar de um batalhão da Polícia Militar de Mato Grosso. Junqueira argumentava que os seringueiros foram excessivos, matando indefesos. Os seringueiros em resposta diziam estranhar tal inquérito pois ninguém fazia nada quando o Amorim e seus comparsas matavam inocentes seringueiros.

No meu diário anotei: “O Mato Grosso sofre muito por causa da falta desses supostos patrões ‘inocentes’. Os índios Cinta Largas e Canoeiros sofreram chacinas. Apalpei as costas de um peão com profundas marcas de chicote de arame farpado. Eram sulcos mais profundos do que as rugas na testa dos velhos patrões. E esses, lá em São Paulo ou Cuiabá, lavam as mãos tal qual Pilatos. Era preciso existirem chicotes de arame farpado para arranhar e sulcar as consciências irresponsáveis adormecidas. O fel do sofrimento corre mais abundante neste Norte do Mato Grosso do que o látex das seringueiras feridas.”

Resultado: a polícia devolveu as armas ao seringalista criminoso, Antônio Junqueira. Os 39 seringueiros, foram obrigados a subir em um caminhão supostamente da mesma Polícia Militar. A maioria foi largada ao longo do caminho de Cuiabá. Os três líderes principais tiveram que acompanhar a Polícia até Cuiabá para responderem em nome de todos a um interrogatório, com a promessa de serem libertados em seguida. Em verdade, acabaram presos durante um ano na cidade de Diamantino.

Quase semanalmente eu ou um grupo dos meninos do Lar do Menor os visitávamos. Durante esse tempo fizeram um relatório manuscrito, onde contam os acontecimentos no seringal e os crimes dos seringalistas contra seus colegas seringueiros e fazendo referência aos crimes contra os índios. O manuscrito entreguei nas mãos do Pe. Adalberto Pereira e deve estar hoje no Centro João Bosco Burnier, em Cuiabá.

Um dos seringueiros de nome Ataíde que participou da chacina de uma aldeia Cinta Larga, feita a mando dos donos do seringal Juina-Mirim e que foi talvez o principal autor das revelações do Massacre do Paralelo 11, foi preso em Cuiabá e ficou na prisão até a sua morte. Pe. Iasi, que o visitava na prisão, alertou diversas vezes a opinião pública de que quem deveria estar ali em seu lugar eram os donos no seringal: Antônio Junqueira e Sebastião de Arruda.

Estes seringalistas criminosos nunca sofreram repressão alguma pelos seus atos. Ao contrário, tornaram-se íntimos

da Ditadura Militar que os apoiava. Basta lembrar que em 1975, quando na oportunidade da 1ª Assembleia Nacional do Cimi, solicitamos a presença de um representante do Governo para nos dar uma visão da questão agrária no País e nos enviaram o Diretor do Inkra que era irmão de Sebastião de Arruda, um dos donos do seringal Juina-Mirim.

A propósito deste acontecimento, o Pe. Adalberto Pereira observava: “Maldito Rio Juruena que nos impede de dar apoio aos Cinta Larga”. É que do outro lado do Juruena já era Rondônia e Prelazia de Porto Velho. Assim, o massacre do Paralelo 11, que aconteceu nas barbas da Missão Anchieta-MIA (a sede do seringal Juina-Mirim, ficava à 6 km de uma missão da MIA, Barranco Vermelho), ficava há mais de 200 km de Vilhena, mais próxima missão da Prelazia de Porto Velho. Foi este um dos acontecimentos que me fez refletir muito e tomar decisões futuras para que a Prelazia de Diamantino iniciasse uma mudança radical em sua ação.

Tão logo voltei ao Sul para continuar meus estudos, já um mês após minha chegada, escrevi uma carta, neste sentido ao superior religioso, que não foi levada a sério. Foi esta atitude dos superiores que levou ao Pe. Thomaz Lisboa e a mim a seguir por novos caminhos: Thomaz, nomeado superior do Internato de Utiariti, o fechou de imediato, que encerrou automaticamente também o Lar do Menor de Diamantino. E eu criei a Operação Anchieta-Opan, que trouxe às missões novos agentes missionários, “com uma visão nacional e até internacional da questão indígena”, como consta em suas linhas de ação originárias.

Chegamos ao fim

Iniciada na edição de abril de 2021, a coluna “Causos e Casos” foi um especial dos 50 anos do Cimi que trouxe textos assinados por Egon Heck e Eglydio Schwade, dois dos fundadores da entidade e militantes da causa indígena brasileira antes mesmo de sua criação.

As histórias da “Causos e Casos”, escritas especialmente para esta coluna, mostraram que a atuação missionária além de favorecer a articulação entre aldeias e povos, também fomentou espaços políticos e estratégias para o protagonismo indígena.

*Eglydio Schwade é indigenista, pesquisador, apicultor, ativista e cidadão do Estado do Amazonas, título concedido pela Assembleia Legislativa daquele Estado pela dedicação em prol dos povos indígenas da Amazônia.